

MARIA ELZA ARAUJO

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL CONTADA NO MUSEU
PAULISTA

COGEAE-PUC
São Paulo
2010

MARIA ELZA ARAUJO

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL CONTADA NO MUSEU PAULISTA

Monografia apresentada como resultado da pesquisa vinculada ao Curso de Lato Sensu História Sociedade e Cultura – sob a orientação da Professora Doutora Maria Auxiliadora Dias Guzzo .

Instituição: COGEAE- PUC - São Paulo

COGEAE- PUC
São Paulo
2010

“Difícilmente dizemos ter alguém vencido por sua inteligência e por seus esforços. O comum é sempre nos referir à sorte ou esperteza daqueles. Não sejamos ingênuos, claro que inúmeros casos se enquadram nessas colocações, todos estamos cansados de saber. No entanto, quase nunca atentamos para uma virtude, sem a qual poucos conseguiriam o sucesso: a persistência. Inúmeras atividades e negócios acabam vitoriosos por não terem sido abandonados pela metade. Aqueles que os empreenderam acreditaram e teimaram até o fim na consecução do objetivo escolhido. Thomas Alva Edison, famoso inventor americano, conseguiu criar sua famosa lâmpada incandescente somente após mais de mil experiências fracassadas. Persistir no rumo traçado é sem dúvida, fator de êxito”.

(Abarca, 2004:62)

Aos meus filhos, Rodrigo e Ricardo, por tudo.

Às minhas irmãs e irmãos, que sempre zelaram pela minha felicidade, a quem dedico todo o meu amor.

Agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, colaboraram para a realização desta pesquisa.

Em especial, à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora Dias Guzzo ,que indicou os caminhos a serem percorridos com sabedoria e dedicação.

À minha Prof^a de graduação Dr^a Célia Cardoso, que por acreditar em mim, incentivou-me a realizar este trabalho.

Aos amigos que fiz no Museu Paulista da USP, e à Prof^a.Dr^a. Miyoko Makino pela colaboração na elaboração desta monografia.

A minha amiga e irmã Gerarda Carlas Araújo Monsanto, pelo incentivo e apoio no ingresso ao curso.

RESUMO

O Museu Paulista que será analisado neste trabalho nasce como Museu de História Natural, mas em seus fundamentos devia resguardar a História Pátria, uma vez que estava instalado no edifício-monumento construído no sítio Ipiranga, um lugar de memória da Independência do Brasil. Sendo assim, nas primeiras décadas da instituição, duas linhas de pesquisa se mantiveram: a História Pátria e a História Natural.

Na primeira administração (1894-1916), tendo a frente o zoólogo alemão Hermann Von Lhering a História Pátria, tal espaço não alcança grande destaque, pois as concepções museológicas do período priorizavam a história natural. O Museu Paulista começa suas atividades com acervo inicial composto das coleções advindas do antigo Museu Sertório. Com a saída de Lhering, assume a direção Armando da Silva Prado, que ficou apenas um ano, entrando em seu lugar Affonso de Escragnolle Taunay.

Foi a partir de 1917, com Taunay como diretor do Museu Paulista, que este teve seu acervo direcionado para a História Pátria transformando a instituição em um museu histórico por excelência, voltado para o campo da cultura material.

Muitas mudanças relacionadas à organização e composição das coleções tiveram que ocorrer na administração de Taunay, para que o museu pudesse se dedicar essencialmente ao campo histórico. Foi preciso direcionar os acervos relacionados à história Natural para outras instituições e isso foi acontecendo paulatinamente. As coleções de zoologia foram transferidas para o Museu de Zoologia da USP em 1939. Em agosto de 1989, foi a vez dos acervos referentes à arqueologia e etnologia, que foram para o novo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP), na Cidade Universitária. O Museu Paulista completa assim as transferências de seus acervos não relacionados com a função histórica para a qual o museu se destina.

O Museu Paulista da USP destaca-se por suas relevantes artes decorativas, que representam aspectos significativos do período colonial,

movimento bandeirante e Independência do Brasil e vem mantendo importante função social e histórica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAP.I: EDIFICANDO UMA HISTÓRIA: O PARQUE INDEPENDÊNCIA.....	12
1.1. Museu Paulista da USP: história e memória.....	23
1. 2. Idealização e Construção da instituição pública.....	29
CAP.II: NO CAMINHAR DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.....	42
2.1.Transferência da Corte portuguesa	46
2.2. Reconhecendo a Independência	58
CAP.III: SÃO PAULO RETRATADO NO MUSEU PAULISTA.....	65
3.1. Museu ontem e hoje.....	74
3.2. Museu Paulista e seus visitantes.....	79
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
V. FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	83

INTRODUÇÃO

A recente historiografia brasileira muito tem feito para desmistificar os fatos e personagens que envolvem a Proclamação da Independência, e para isto a data de 07 de setembro de 1822, que está no imaginário popular como o dia oficial da ruptura entre Brasil e Portugal, é um excelente ponto de partida. Na busca de fontes que levem a este entendimento, os museus, em especial os históricos, são instituições de suma importância, pois detêm acervos e fontes riquíssimas de conhecimento.

Em 07 de setembro de 1822 foi proclamada a independência do Brasil às margens do riacho Ipiranga, zona sul de São Paulo, onde hoje se encontra o Parque Independência formado por um conjunto de monumentos tombados pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo).

Entre os monumentos do Parque destaca-se o edifício-monumento, que abriga o Museu Paulista da USP, inaugurado em 1895.

As reflexões desta pesquisa centram-se nas circunstâncias em que ocorreu a construção do Museu e nos fundamentos desta construção destinada à preservação da memória do nascimento de uma nação.

Outro destaque desta pesquisa diz respeito às circunstâncias que culminaram na instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, fato relevante por ser um membro dessa realeza o autor do ato no Ipiranga.

Estes pontos foram destacados para chegar ao ponto crucial deste trabalho, que é a forma como a independência está sendo contada por esta instituição, que nasce como Museu de História Natural e transforma-se em um dos primeiros Museus Históricos Nacionais.

Os museus são instituições que oferecem certa autonomia a seus diretores, e o discurso que se faz nestas instituições ou em qualquer outro local de trabalho não é neutro. Dessa forma, a concepção de história está ancorada nas ideias de seus dirigentes. Um estudo sempre vem acompanhado do olhar de quem realizou e dos poderes ao qual a instituição está ligada.

O Museu Paulista ficou consagrado como instituição representativa da construção do imaginário da independência, atraindo visitantes de todo território nacional e outras nacionalidades.

O Museu Paulista tem o maior número de visitantes dentre tantos outros museus espalhados por toda a região metropolitana. E o que se colhe de seus visitantes mostra claramente que se trata de uma instituição visceralmente ligada à fundação da nação.

O trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro, *Edificando uma História: O Parque Independência* tratará de como a ideia de construção de um monumento para celebrar a proclamação da independência do Brasil, ocorrida em 1822, que surge contemporânea ao fato, só chega a realizar-se em 1890 com o projeto do engenheiro-arquiteto Tomasso Gaudenzio Bezzi, após muitos outros já terem sido rejeitados. Do ponto de vista político, não restava dúvida quanto a imortalizar o “Grito” proferido pelo Príncipe por meio de um monumento. O local onde seria erigida a construção era a grande questão. O fato havia ocorrido na cidade de São Paulo, mas era o Rio de Janeiro a sede do poder. A polêmica foi resolvida quando políticos locais, agricultores enriquecidos e moradores da província de São Paulo juntaram forças e pressionaram os políticos da Corte a viabilizarem a criação das loterias do Ipiranga criadas especialmente para angariar fundos para a construção do Monumento no Ipiranga.

No segundo capítulo: *No Caminhar da Independência do Brasil* a abordagem focalizará os primeiros anos da administração de Afonso Escagnole Taunay (1917-1945) que fez a leitura de independência que hoje se mantém no *Hall* de entrada da instituição. Nesse capítulo trata-se ainda da transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil, e como se deu a transferência de poder entre D. João VI e o Príncipe Regente D. Pedro I que veio a Proclamar a Independência do Brasil em 7 de setembro 1822.

No terceiro capítulo, *São Paulo Retrato no Museu Paulista da USP*, o aspecto principal é o crescimento que São Paulo já havia alcançado no período de inauguração do Museu Paulista (1895). Algo evidente, pois, a construção do edifício que abriga a instituição se dá justamente devido este poder econômico que a região alcançou, advinda da agricultura cafeeira.

No plano teórico, o trabalho estruturou-se, em grande parte, com base na pesquisa de bibliográfica disponível na Biblioteca do Museu Paulista, Bibliotecas Públicas, e outros tipos de publicações.

Entender todo esse embate político e o desenrolar dos acontecimentos que envolvem esta instituição desde sua idealização até o momento de sua consagração como um dos primeiros museus históricos brasileiros, constitui o desafio deste trabalho.

CAP.I. EDIFICANDO UMA HISTÓRIA: O PARQUE INDEPENDÊNCIA

O Parque Independência, grande destaque dos roteiros turísticos de São Paulo, está situado na zona sul da capital paulista, onde tudo está tematicamente organizado para evitar o esquecimento e imortalizar o “Grito da Independência”.

Nos finais de semana, o número de visitantes se acentua ali. Cercados por jardins amplos e harmoniosos, estudantes, famílias e os mais variados grupos, se deparam com nossa história e ainda escapam, por instantes, do ritmo acelerado de uma das maiores metrópoles da América Latina.

Este parque, onde se encontra o edifício-monumento que abriga o Museu Paulista da USP, foi sendo composto a partir da construção do monumento erguido para celebrar a proclamação da independência do Brasil. Ao longo dos anos, e a cada administração, vieram outros adornos fazendo com que este trecho do bairro do Ipiranga se tornasse, desde a sua inauguração, o símbolo do nascimento de uma nação então em formação.

O Parque Independência atualmente abrange a área adjacente ao riacho do Ipiranga até a faixa de terreno posterior do Museu Paulista da USP. Nesta área, situado atrás do museu, encontra-se um pequeno bosque, parte do que restou do antigo Horto Botânico, criado em 1905 pelo primeiro diretor do Museu, o zoólogo alemão Hermann Von Ihering que contratou Hermann Luederwaldt para execução.

O Horto Botânico do Museu Paulista teve como finalidade expor tipos selecionados da flora de São Paulo e do Brasil, com o objetivo de formar uma coleção para a pesquisa científica.

Ihering, desde os primeiros anos de administração, já salientava a necessidade de arborizar o entorno do edifício; em suas correspondências com o Secretário do Interior, o Dr. Alfredo Pujol, expunha seus trabalhos e progressos na organização do museu, reivindicando verbas para contratação

de funcionários. Previa, também, a necessidade de áreas que deviam ficar disponíveis para abertura de estradas para possibilitar o acesso ao bairro.

“É minha idéia, que será necessário concluir o Monumento e ajardinar a praça, que, porém, além d’isto é mister pensar no futuro e providenciar afim que não falem os terrenos e as condições, se um dia o Governo quizer dar mais incremento ao Ypiranga...” (Ihering, 1896:63)

Naquele tempo, o museu expunha coleções de botânica; desta forma, a criação do horto muito contribuiu para pesquisas nesse campo. Muitos cientistas, inclusive estrangeiros, aqui estiveram estudando as coleções e fazendo pesquisas. Naquela época, o horto correspondia a toda a área posterior ao museu, até onde hoje se encontra o Museu de Zoologia da USP.

Atualmente pouco existe desse horto, restando apenas um pequeno bosque situado na parte de trás do monumento, que é usado como área de lazer e de onde se podem observar espécimes da flora cultivados naquela época.

Os jardins franceses que embelezam a frente do edifício também foram concebidos no período da administração de Ihering (1894-1916).

O médico Carlos Botelho, então Secretário da Agricultura, órgão ao qual o museu estava subordinado, incumbiu o paisagista belga Arsênus Puttemans, no ano 1907, de ajardinar o Parque da Independência defronte do museu. O estilo dos jardins não podia ser outro, senão o francês, pois os costumes da sociedade francesa, na época, serviam de modelo e constantemente eram imitados nas mais variadas formas no território brasileiro em geral.

Por isso, os jardins do Parque Independência reproduzem concepções paisagísticas inspiradas nos jardins barrocos franceses, como o do Palácio de Versalhes. A semelhança, de fato, é incrível, tanto dos jardins como o prédio do museu.



Fonte: www.universia.com.br

Elaborado por uma equipe de paisagistas especialmente contratados para a ocasião, este jardim une o museu à cripta e aos outros edifícios existentes no local. O estilo francês, com chafarizes e alamedas em declive, proporciona assim um maior destaque ao prédio do museu.

A distância que separa o Edifício-Monumento do marco onde D. Pedro I proferiu o grito de Independência em 1822 é de aproximadamente 400 metros. Esse marco está localizado à esquerda de quem se posicionar em frente à casa do grito.

A casa do grito foi construída em taipa de pilão (parede feita de barro com estacas e ripas) por volta do ano de 1860 - cerca de 40 anos depois da independência. Assim sendo, não tem relação direta com a proclamação da independência.

Após as comemorações do 4º centenário do aniversário da cidade de São Paulo, essa casa foi reformada, incluindo-se nela uma janela, conforme a casa existente na tela “Independência ou Morte” do pintor Pedro Américo e recebeu o nome de casa do grito. Essas reflexões foram extraídas, a partir

da leitura do estudo realizado por Eliezer S. Santos no ano de 1983, intitulado *Museu Paulista Hoje*.

Com o passar do tempo uma nova reforma lhe devolveu o aspecto original, ficando dessa forma como a vemos hoje. Continua a ser associada, porém, à Independência, e, às vezes, até confundida com a casa da Marquesa de Santos.

Esta casa também já abrigou o museu do tropeiro. Nessa época havia a exposição de objetos de uso desses viajantes e alguma mobília, como cama com colchão de palha, fogão de lenha etc. Por estar localizada em uma região que servia de rota para estes comerciantes, o propósito do museu era resguardar do esquecimento este tipo de comércio, e a casa do grito servia a este propósito, pois, estava situada na principal rota paulista utilizada por estes.

Hoje, vinculada à Secretaria de Cultura, não serve mais a tal propósito e os visitantes podem encontrar no seu interior apenas uma amostra do material temático ao qual a casa já foi associada.

O Monumento à Independência e a capela imperial (cripta) também fazem parte do conjunto arquitetônico e paisagístico. Este monumento é um dos últimos a compor o parque. Sua idealização é de 1922 e teve como autor o escultor Ettore Ximenes. Esta obra deveria ser concluída em 1922 para as comemorações do centenário da independência, mas só foi finalizada em 1926.

Para a execução da obra, o escultor venceu um concurso, onde participaram artistas nacionais e estrangeiros. Taunay, então diretor do Museu Paulista, presidiu a comissão que aprovou o projeto.

O monumento é composto por cópia em bronze e em alto-relevo da tela “Independência ou Morte” do pintor Pedro Américo, esculturas em homenagem à Inconfidência Mineira e o combate de Pirajá na Bahia, além de representações de personagens ligados à independência, como José Bonifácio, Joaquim Gonçalves Ledo, Hipólito José da Costa e Diogo Antonio Feijó.

A capela imperial (cripta), construída no subsolo do monumento à independência, foi idealizada em 1952 para abrigar os restos mortais da família de Dom Pedro I. No ano de 1954, em comemoração ao 4º centenário da cidade de São Paulo, os restos mortais de D. Leopoldina, primeira esposa de D. Pedro I, foram transferidos do Rio de Janeiro para a cripta. Em 1972, o governo brasileiro trouxe os restos mortais de Dom Pedro I, exceto o seu coração, que permaneceu em Portugal na cidade do Porto na Igreja da Lapa. Em 1982, chegaram também os restos mortais de Dona Amélia, sua segunda esposa.

Existe ainda no parque uma pira onde se mantém aceso o fogo que simboliza a amizade entre Brasil e Portugal.

Este conjunto de monumentos que integram o Parque Independência foi tombado em 1975 pelo Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo. O processo de tombamento do Museu Paulista teve início em 28 de março de 1969, sendo concluído em 03/04/1975 (processo nº 8.486/69).

As visitas ao Museu Paulista se intensificam no mês de setembro, uma prova de como as pessoas assimilam a sua existência ao ato de D. Pedro I.

Segue adiante um levantamento publicado no jornal *O Estado de S. Paulo, Cidade/Metrópole* C3 de 27 de março de 2005, do número de visitantes dos seguintes museus paulistas:

Museu	Visitantes
São Paulo	Mil
Museu Paulista	350
Pinacoteca	320
MAM	250
MASP	226
MAC	150
MUBE	36
Mis	24
Museu de Arte Sacra	20
Público total	1,376 Milhão

O local tornou-se célebre em decorrência do “grito” de independência, proferido por D. Pedro I. A região em torno do riacho Ipiranga (hoje bairro

Ipiranga), passou então a ser vista como um local que deveria retratar essa parte da história do Brasil.

Este conjunto formado pelos jardins belíssimos e os monumentos dotaram o Ipiranga de uma identidade visual como poucos bairros de São Paulo puderam ter. Isto certamente acelerou o crescimento do bairro, a estação de trens do Ipiranga, na linha *S. Paulo Railway*, juntamente com a instalação dos bondes, da Light, em 1902, ligando o Ipiranga ao centro, conferindo nobreza ao seu entorno e à Avenida D. Pedro I.

O lugar onde a comitiva de D. Pedro I descansava por uns breves momentos da cansativa viagem, era próximo das margens do Riacho Ipiranga, caminho consagrado desde o século XVI, onde passavam ilustres autoridades, tropeiros e pessoas comuns que também o utilizavam. Por ser uma das mais importantes portas de entrada para a cidade de São Paulo, o caminho servia como escoador das riquezas da província, fazendo a ligação com o principal porto situado em Santos.

É importante destacar que esta foi a primeira e única vez que o monarca esteve na província.

O trecho do Ipiranga estava no caminho obrigatório para quem vinha de Santos com destino a São Paulo. Chegava-se a Santos então em mulas ou a pé, fazendo-se a subida da serra do mar. Este caminho era uma rota de tropeiros, comércio que trouxe riquezas para a província em ascensão. O trecho que hoje corresponde ao bairro do Ipiranga parecia estar predestinado a ser um marco na história, pois sua importância não está apenas no fato da proclamação ter ocorrido neste local. Por muito tempo, este foi o caminho mais curto que ligava os paulistanos às localidades litorâneas, caminho que os bandeirantes e os jesuítas utilizaram para chegarem ao planalto de Piratininga com a intenção de se fixarem.

O relato de Ihering, referindo-se ao Ipiranga deixa claro quão importante era este trecho para os paulistanos.

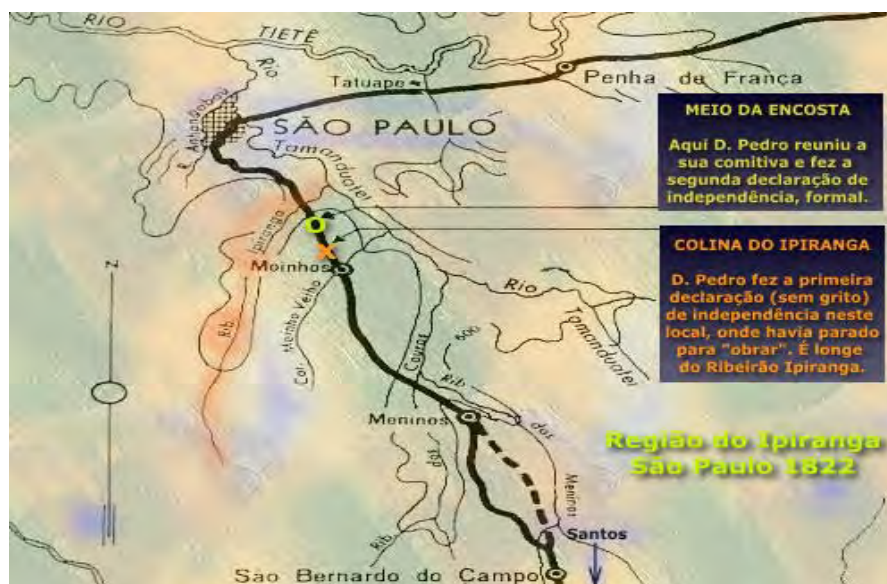
"Não há ponto mais importante na história do Estado de São Paulo, do que a colina do Ipiranga. Aqui pulsou a vida paulista desde mais de três séculos. Foi desta colina que o primeiro donatário da Capitania de S.Vicente, o legendário e heróico Martim Afonso de Souza, no ano de 1531, lançou a primeira

vista de olho sobre a nascente capital deste estado, representando naqueles dias pela povoação de Piratininga, na qual o celebre chefe dos Goyanás (Goianazes), Tibiriçá, reinou como aliado e amigo dos portugueses, e foi esta colina, sobre a qual passa a antiga rua de Santos a S.Paulo, sempre no meio dos acontecimentos importantes que decidiram os destinos da capitania, da província, do Estado de São Paulo, até que veio o dia glorioso, o dia 7 de setembro de 1822, em que nasceu a Independência do Brasil, que criou para sempre a nacionalidade brasileira". (Ihering apud Alves,2001:135).

A fundação do bairro data de setembro de 1584, mas até o acontecimento de 1822 era praticamente desabitado, servindo realmente como passagem para se chegar à província. Ipiranga é um termo tupi que significa barro vermelho. Hoje, de indígena, só resta a denominação, pois o bairro que se desenvolveu entorno do edifício não resguardou a história de seus primeiros habitantes.

Mapa dos arrabaldes de São Paulo em 1822, mostrando parte do trajeto de D. Pedro I.

E o sítio do Ipiranga onde foi declarada a Independência.



Fonte: www.serqueira.com.br

Este descaso não ocorreu só com os indígenas que já haviam sido na sua maioria expulsos quando o Ipiranga torna-se palco do acontecimento que mudaria aquela região até então sem valor histórico. Posteriormente, o riacho

que antes era mencionado como demarcação dos acontecimentos também sofreu o mesmo descaso e hoje pouca importância se dá a ele, por não ser possível apresentá-lo como outrora foi: um verdadeiro riacho com vida. Um visitante menos atento não conseguiria identificar o Riacho que atualmente encontra-se poluído e quase todo canalizado.

Os arredores do Museu Paulista que hoje compõem o Parque Independência, mesmo antes da construção do edifício, já serviam de palco para festejos comemorativos à Independência. Sempre ressaltando a necessidade de construir um monumento para celebrar o acontecimento, a colocação da pedra fundamental foi a primeira realização concreta nesse sentido. Ela foi colocada marcando o lugar onde seria a construção do monumento.

A solenidade contou com o comparecimento significativo de apreciadores. Foi apresentado um projeto que não se cumpriu. O certo é que, do ponto de vista político, era tido como necessário não se deixar perder no tempo este local, e sua demarcação assegurava o não esquecimento.

O presidente da província de São Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros atendendo a ordem de D. Pedro I determina à Câmara Municipal paulistana que se marcasse o local para a construção do monumento. Esta instituição, portanto, cumpre e dá conta do feito, documento reproduzido por Taunay, no Guia da Secção Histórica do Museu Paulista.

“Illmo. E Exmo. Snr.: --Em cumprimento da portaria de 29 de agosto próximo passado, fomos ao sitio do Piranga e nelle, tendo ouvido alguns cidadãos que para esse fim convidamos, de unânime accôrdo marcamos com hua baliza o lugar que nos pareceu mais conveniente e se acha designado na Acta da sessão extraordinária, que por copia inclusa transmitimos”
(apud, Taunay, 1937:11)

Atendendo às ordens, a Câmara Municipal realiza o pedido. Esta determinação se cumpre em solenidade no dia 12 de outubro de 1825, sendo o local demarcado em pedra de cantaria.

Esta pedra foi retirada posteriormente e hoje faz parte do acervo do Museu Paulista.

Neste momento, o imperador, desejoso de ressaltar seu feito, faz a exigência, mas a construção do edifício só ocorre muitos anos depois, apenas em fins do século XIX. No entanto, com uma inversão: são os políticos e capitalistas paulistas, todos ligados ao partido conservador, que procuram restaurar, por meio da construção, do edifício a imagem do poder monárquico que se encontra em pleno desgaste.

Em outra ocasião, o local foi agraciado com a visita ilustre do imperador, Pedro II, e os paulistas o receberam com toda pompa, almejando que esta visita pudesse contribuir para o andamento do monumento.

“Em 1845, anunciou D. Pedro II, de modo solenne, que desejava conhecer pessoalmente as Províncias de seu Império.

Encetou a excursão pelas do Sul. Havendo visitado as do Rio Grande do Sul e Santa Catharina, desembarcou em Santos a 18 de fevereiro de 1846. A 25 partiam elle e a Imperatriz sempre acima. A 26 passavam pelo “sempre memorável sitio do Ypiranga, onde se achava levantado um barracão, preparado com muito asseio, para nelle descansarem os imperaes viajantes sendo ahi recebidos pelo corpo acadêmico e muitos cidadão distinctos” (Taunay, 1937:15).

Esta visita de D. Pedro II, na colina do Ipiranga, onde foi homenageado, por civis e políticos locais, foi registrada pelo pintor ituano Miguel Archangelo Benicio da Annuniação Dutra (Miguelzinho Dutra). Este artista registrou o local do episódio em desenho, que tem hoje um alto valor documental, encontrando-se incorporado ao acervo do Museu Paulista da USP. Por meio desse tipo de solenidade buscava-se o reconhecimento da importância do local e o reconhecimento da importância de São Paulo para a economia do país, pois neste período já havia alcançado autonomia econômica decorrente principalmente da agricultura cafeeira.

Um palco foi improvisado para o convidado e o debate novamente foi levantado, mas, outra vez, a construção não se concretizou, mesmo com o apoio do Imperador e com o pedido quase que imposto pelo Presidente da Província.

“O décimo sétimo presidente da Província de S. Paulo, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva, depois Barão de

Suruhy, pedia instantemente à Assembléia Provincial, a 7 de setembro 1845, que votasse créditos para o ataque das obras constantemente adidas.

Propunha que o Monumento trouxesse a seguinte inscrição: Aqui foi proclamada a independência do Brasil, pelo senhor Dom Pedro I, que deu existência e liberdade a este rico e vasto Império". (Taunay, 1937:15)

O monumento do Ipiranga, ainda não idealizado, ganha adversário na corte entre 1852 e 1854. Fora posto em execução um plano para erguer um monumento em homenagem à independência e ao imperador na Corte. Cecília Helena de Sales Oliveira destaca que esta iniciativa trouxe novos ânimos para a reivindicação do monumento de São Paulo.

"Datam de 1862 a inauguração da estátua eqüestre de D. Pedro I, na Praça da Constituição, e de 1872 a inauguração da escultura em homenagem a José Bonifácio, no Largo de São Francisco, Ambas no Rio de Janeiro. Curiosamente, nessa mesma época vieram a público os relatos do Coronel Marcondes e do Tenente Canto e Melo, Testemunhas oculares do brado do Ipiranga e que reproduziram, com pouquíssimas alterações, o depoimento do Padre Belquior, divulgado em 1826, peça-chave na delimitação espacial e temporal do ato que teria fundado a nova nacionalidade. E foi também nesse momento que ganhou ressonância e proposta de se construir um Monumento "paulista" à Independência". (Oliveira, 1999:13)

Vários artistas foram convidados a participar de um concurso que deveria apresentar o projeto mais adequado para tal homenagem: Hendrik Kraal em um artigo publicado na *Revista Nossa História* ano 1/ nº 11 de setembro de 2004 expõe os debates políticos a que esta obra se vincula.

Em 1856 foi escolhido o vencedor, o artista Maximiliano Mafra, e a execução ficou a cargo do escultor francês Louis Rochet. A obra celebra dois episódios: D. Pedro I, sobre um cavalo, simboliza o grito do Ipiranga e na mão segura a carta de 1824, representando a outorgada constituição. Na

base, outras representações: índios e animais, e os rios Amazonas, Madeira, Paraná e São Francisco.

Esta obra homenageia o imperador como “doador” da emancipação do país, uma ideia que vinha na contramão do pensamento dos radicais do Partido Liberal.

Quando nos festejos da Independência, em 1888, repetia-se a vigília em torno da Estátua Equestre na Praça da Constituição, hoje Praça Tiradentes, a animação era pouca, consequência da pouca atuação do imperador. E o monumento que já na sua inauguração era apelidado de “Mentira de bronze” pelo escritor político Teóphilo Ottoni, vê consolidar entre a população, que não mais participa dos festejos como outrora, as críticas recebidas.

Estatua Equestre: Praça Tiradentes Rio de Janeiro.



Fonte: CD-ROM Dimensões da Independência: O Museu Paulista da USP e a Construção da Memória Nacional.

Foram várias as investidas na construção do monumento, mas nenhuma alcançou êxito anterior a 1885, como bem apontou Cecília Helena de Sales Oliveira em sua Obra *O “Espetáculo Do Ypiranga”: Mediações entre história e memória*.

”Assim, a “história da construção do Monumento do Ipiranga” teria se iniciado em 1824, quando Lucas Antônio Monteiro de Barros, na época Presidente da Província, tomou a iniciativa de promover uma subscrição voluntária para tal fim (...). De 1836 a 1841 outras tentativas se sucederam, patrocinadas pela Assembléia Legislativa e pela Câmara dos deputados que

teriam designado quotas orçamentárias para a realização da obra. Segundo Azevedo Marques, esses esforços fracassaram e tiveram destino semelhante ações empreendidas por Rafael Tobias de Aguiar em 1855, por João Jacinto de Mendonça em 1861, e pelo Barão de Antonina em 1862". (1999:20)

E o local do grito foi esperando pacientemente chegar o dia de seu reconhecimento histórico.

Apesar da demora, valeu a pena esperar, pois o edifício monumento é uma verdadeira obra de arte e encanta quem o conhece, enchendo de orgulho quem assimila seu valor de patrimônio histórico.

1.1: MUSEU PAULISTA DA USP: HISTÓRIA E MEMÓRIA

O Museu Paulista encontra-se instalado no edifício monumento. A denominação decorre do fato de o edifício ter sido construído em São Paulo para ser um monumento alusivo e comemorativo à Independência do Brasil.

A instituição que oficialmente tem a denominação de Museu Paulista é popularmente conhecida como Museu do Ipiranga, tendo sua construção sido iniciada em 1885 e encerrada em 1890.

Esta associação do nome da instituição ao nome do bairro onde é localizado é muito comum, tanto que em vários trabalhos, escritos por diversos escritores e historiadores, o nome Museu Paulista sempre vem acompanhado da explicação “mais conhecido como Museu do Ipiranga” ou “conhecido carinhosamente por Museu do Ipiranga”.

Este equívoco a respeito do nome da instituição, muitas vezes mencionado como Museu do Ipiranga nos relatos de viajantes estrangeiros de expressão, como, por exemplo, foi o caso de Marie Robinson Wright em 1902, tem ajudado a sustentar esta forma de se referir ao museu:

“O principal ponto de atração de todos os visitantes da cidade é o Ipiranga, o magnífico monumento erigido em 1885 no lugar onde foi proclamada a Independência do Brasil em 1822. É a mais bela realização da arquitetura brasileira, planejada não só para comemorar esse glorioso evento, mas também para servir como “instituição de conhecimentos”. O Museu do Ipiranga

possui tesouros de grande interesse histórico e científico; valiosas e curiosas relíquias e também algumas das melhores pinturas de artistas brasileiros.” (apud Oliveira, 2005:45)

Historiadores contemporâneos também assim se referem à instituição como é o caso de Iara Lis de C. Souza. *“O 7 de setembro é comemorado com parada militar, desfile escolar, visitas ao Museu do Ipiranga”* (Souza, 2000:7)

Equívocos a respeito do Museu Paulista são, entretanto, uma constante na história de sua existência. Por não conhecerem sua história, as pessoas acreditam que em algum momento este edifício abrigou uma escola, serviu de moradia, ou ainda que a instituição já teve a denominação de Museu do Ipiranga. Mostram-se surpresas ao serem esclarecidas sobre tais equívocos. Nota-se uma preocupação por parte dos funcionários e da direção da instituição de que o público conheça o nome oficial e a história do museu. Não que ser conhecido como Museu do Ipiranga signifique diminuição de sua importância, mas há uma recíproca entre quem esclarece e quem é esclarecido: ficam a instituição e o público satisfeitos com o conhecimento do que de fato é o Museu Paulista da USP.

Pensado para ser um monumento de celebrações, e expressar a versão conservadora da proclamação da independência, sua construção acontece mediante mudanças. Em sua ocupação, deveria abrigar uma instituição científica, pois era o que a lei determinava. Sua construção inicia-se no regime monárquico e termina com o país sob regime republicano.

Sendo assim, apropriado pelos republicanos após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, seu destino agora deveria aguardar os desígnios destes novos dirigentes. No entanto, seu direcionamento não foi modificado, uma vez que a bandeira de defesa dos republicanos era dar instrução ao público, tornando-se, assim, a partir desse momento, a sede do Museu Paulista, inaugurado em 1895.

“O projeto republicano para a educação visava, além de reformas materiais, mudanças de conteúdo. Para isto, era necessário abandonar o método utilizado, até então, que

incluía o “fastidioso decorar” e oprimia a memória. A ordem agora era adotar o “método intuitivo”, seguindo os preceitos das autoridades no assunto: “ensinar de modo, quanto possível, intuitivo, segundo os preceitos de Pestalozzi, facilitar o desenvolvimento dos sentidos, aproveitando-lhes a curiosidade, como quer Froebel [...]”. (Cesário Motta apud Alves, 2001:74)

O Museu Paulista começa suas atividades como museu de ciências naturais com acervo inicial composto das coleções advindas do antigo Museu Sertório, tendo como diretor o zoólogo alemão Hermann Von Ihering, inteirado ao movimento científico, tendência de sua época; sua administração durou de 1894 a 1916.

Os viajantes e naturalistas brasileiros e estrangeiros, que eram responsáveis por adquirir as coleções, também foram colaboradores do acervo inicial do museu, que, além disso, deveria preservar e resgatar os símbolos ligados à história pátria.

A história pátria estava praticamente representada pela tela “Independência ou Morte” de Pedro Américo, concluída e entregue em 1888. Mesmo antes, do edifício estar pronto a obra já aguardava, em uma sala da faculdade de direito do largo São Francisco, um local adequado e definitivo para ser afixada. Com o término das obras do museu e um lugar de destaque assegurado, foi colocada na posição onde, desde a inauguração, permanece gloriosa para o deleite dos visitantes.

Os museus de história natural eram modelos predominantes da época. Com a saída de Ihering, assume a direção Armando da Silva Prado, que ficou apenas um ano, entrando em seu lugar Affonso de Escragnolle Taunay, este engenheiro civil que ficou mais conhecido como historiador. Em 1917, foi nomeado pelo Presidente do Estado, Altino Arantes para dirigir, em comissão, a instituição. Em 1923 foi efetivado como diretor, permanecendo nesta condição até 1945.

O Museu foi transformado, a partir da administração de Afonso de Escragnolle Taunay, em Museu Histórico.

O interessante é que somente vinte e dois anos depois de inaugurado é que a sessão de história ganha destaque na organização, pois Hermann Von Ihering não a priorizou. Durante sua administração, entre 1895-1916, a organização era feita sem critérios e podiam-se encontrar telas e, objetos expostos simplesmente um após outro, sem a menor preocupação com o significado histórico assumido por cada um. Taunay, desde o início de sua gestão, notava esta forma confusa de organização:

“...Em diversas outras salas havia um ou outro quadro histórico, colocado da maneira menos recomendável, como por exemplo a grande tela do desembarque de Martin Affonso em São Vicente, de Benedito Calixto, alcandorada sobre grande armário de minerais, etc.” (Taunay,1937:47).

Este se encarregou da organização e, ao contrário do diretor anterior, priorizou a história pátria sem deixar de dar o devido respeito às coleções de história natural, que posteriormente foram sendo direcionadas para outras instituições, como ocorreu no caso das coleções de zoologia que, em 1939, foram transferidas para o Museu de Zoologia da USP, especialmente construído para abrigar tais coleções.

Quando da criação da USP, em 1934, o museu passou a ser considerado um instituto complementar e, em 1963, foi definitivamente incorporado à universidade, juntamente com o Museu Republicano de Itu, sede da primeira convenção republicana, localizado no interior de São Paulo.

Em agosto de 1989, com a transferência dos acervos referentes à arqueologia e etnologia para o novo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP), na Cidade Universitária, o Museu Paulista completa assim as transferências de seus acervos não relacionados com a função histórica para a qual o museu se destina, organizando-se, definitivamente, como Museu Histórico, voltado para o campo da preservação da cultura material.

Enquanto não havia essa separação dos acervos, Taunay contratou especialistas para cuidar das várias coleções, dando tratamento adequado ao acervo histórico, uma vez que se considerou fundamental a preservação da história pátria. A contratação deste empreendedor diretor, como já se mencionou, ocorreu nos anos próximos ao centenário da Independência e,

não foi por acaso, que na sua administração a história pátria passou a ser o carro-chefe do Museu Paulista. Era como um cenário que necessitava ser composto.

O *hall* de entrada e as escadarias, juntamente com o cenário que se visualiza no caminhar das escadarias compõem a “Exposição do Taunay 1922” e o modo como foi concebido e organizado por ele, encontra-se exposto desde sua idealização.

Taunay vai contar a independência do ponto de vista paulista e a independência é narrada não como um fato isolado e sim como um conjunto de ações que possibilitaram este acontecimento; essas circunstâncias são destacadas por Ana Cláudia Fonseca Breffe:

(...) “a representação da Independência do Brasil, apesar de ganhar lugar de destaque na museografia, não é o aspecto principal, e aparece como consequência lógica do desenrolar da história do país, contada do ponto de vista de São Paulo e do esforço paulista.” (2005: p. 21).

A representação do momento da emancipação política do país é interpretada de muitas maneiras. Os baianos, por exemplo, consideravam a independência ter acontecido após as tropas portuguesas terem sido expulsas da Bahia em 02 de julho de 1823, sendo esta a data a ser festejada.

No Rio de Janeiro, uma outra forma de conceber a independência foi apresentada, neste caso, seria a data do juramento a Constituição o divisor entre Portugal e Brasil.

“Curiosamente, nessa mesma época, a câmara municipal do Rio de Janeiro discutiu, também sem êxito a viabilidade da construção de um monumento na corte em homenagem à independência e a D. Pedro. Mas nesse caso a baliza temporal a ser celebrada era o 25 de março, associando-se libertação política e a carta constitucional” (Oliveira, 1997:215).

O 07 de abril de 1831, data que D. Pedro I abdicou do trono em favor do seu filho, também chegou a ser proposto como o dia real da independência.

Desta forma, surgiram monumentos com concepções variadas do episódio da independência. Taunay a representou como caminhar lógico do desenvolvimento da colônia, sendo São Paulo responsável por este desenvolvimento. Portanto, a instituição não poderia se ater apenas a preservar elementos referentes à independência e sim todo o conjunto de personagens que possibilitaram este crescimento, como informa a professora doutora Miyoko Makino, diretora da Divisão de Difusão Cultural do museu.

“No projeto de Taunay, a história do Brasil começa em São Paulo, um projeto relacionado ao próprio olhar da sociedade da época, que via a capital paulista como o grande comandante da economia do país” (NOSSA HISTÓRIA, 2005:86).

Com esta compreensão do processo de independência, a organização do acervo não se restringiu a homenagear apenas elementos de São Paulo. Outros heróis das regiões brasileiras também compõem este acervo, e políticos republicanos, pois a Proclamação da República também tem seu início no estado de São Paulo, com a fundação do partido republicano, a partir da convenção de Itu.

(...) “Taunay julga completamente “esdrúxulo” esse imperativo de colecionar apenas documentos referentes à Independência do Brasil. Para ele, a Independência proclamada em solo paulista, apesar de ser um momento de clímax da história brasileira, é o resultado de um processo histórico iniciado nos primórdios do Brasil colonial pelas primeiras investidas dos habitantes de São Paulo rumo à exploração e à conquista do território nacional, então indefinido. Preocupado com a reconstituição desse processo histórico que teria sido responsável, segundo ele, pela construção da nação brasileira, Taunay estabelece diretrizes muito mais amplas para o Museu Paulista.” (Brefe, 2005:58).

Taunay se empenhou em reunir documentação. Resgatou figuras importantes relacionadas ao movimento da independência e encomendou os mais variados documentos para pintores, que os criaram seguindo suas orientações; os que não se pode retratar por motivos diversos foram homenageados com o nome em placa de bronze nas laterais da escadaria.

Um exemplo de seus esforços é a maquete encomendada, por ele para retratar São Paulo no período da proclamação em 1822. Contudo, devido à falta de edificações, na cidade, pois São Paulo nesse período era essencialmente rural, a maquete retratou um período posterior, 1841. Nesta mesma maquete em 1997 foi implantado um sistema de som e luzes que vai contando ao visitante um pouco da história dos edifícios, alguns existentes até hoje como é o caso do solar da Marquesa de Santos próximo ao pátio do colégio.

O Museu Paulista é hoje uma instituição científica, cultural e educacional, com atuação no campo da História. Tem forte presença na cidade de São Paulo em virtude de estar localizado no sítio Ipiranga.

Enquanto museu exclusivamente histórico é especializado no estudo dos aspectos materiais da organização da sociedade brasileira – com especial ênfase no segmento paulista.

Entende-se museu histórico como centro de documentação e pesquisa, atuação cultural e educacional em torno de questões relacionadas com documentos materiais por meio dos quais se permite formular e entender a organização, o funcionamento e as mudanças de uma sociedade.

O Museu Paulista é dotado de um acervo de mais de 125 mil itens entre mobiliário, armaria, pinturas, ferramentas e outros instrumentos – muitos de uso pessoal –, que retratam a vida no país, desde os idos de 1500 até 1950.

1.2 IDEALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA INSTITUIÇÃO PÚBLICA

O monumento é muito importante para toda nação brasileira, e especialmente para São Paulo, pois conferiu a este estado significado fundamental ao ligá-lo ao contexto histórico de consolidação do sentimento de nascimento da nação.

Em 1824, o Presidente da província de São Paulo tomou a iniciativa de promover uma subscrição voluntária para se construir um

monumento no Ipiranga. Um ano depois, em 1825, foi feito o lançamento da pedra fundamental, marcando o local da construção do monumento. Em solenidade pública festejou-se a iniciativa, mas não se saiu disso. Era apenas o início de muitos projetos que seriam lançados e rejeitados até a realização concreta da obra.

Assim, a polêmica sobre a construção do monumento do Ipiranga dura pelo período de 1824 a 1885, quando, finalmente, se iniciam as obras.

Após o 07 de setembro eram necessárias medidas que mantivessem a hegemonia do país. Havia focos de resistências ao poder do imperador que deveriam ser contidos.

Um dos motivos desta tentativa de erguer o monumento não ter ocorrido neste momento, é a morte de seu pai D. João VI, ocorrida em Portugal em 10/03/1826. Como o imperador era herdeiro do trono português, suas preocupações se tornaram o que fazer para manter-se imperador do Brasil e, ao mesmo tempo, suceder ao trono português. Então, o projeto da construção ficou de lado: primeiramente pela própria urgência que a decisão exigia, isto é, a necessidade do monarca de decidir como resolveria esta questão, e, também, pelos que o apoiavam terem ficado desconfiados de suas intenções, uma vez que assumindo a coroa portuguesa, complicaria a situação do Brasil. Este problema só foi sanado em 1831, com sua abdicação do trono brasileiro em benefício de seu filho Pedro, com apenas cinco anos, que teve como seu tutor José Bonifácio.

De 1836 a 1841 outras tentativas se sucederam, patrocinadas pela Assembléia Legislativa provincial e pela Câmara dos deputados, que teriam designado quotas orçamentárias para a realização da obra. Estes esforços também fracassaram por falta de dinheiro e recursos, e desinteresse por parte dos políticos da Corte.

Somente no final do século XIX começaram a ser tomadas medidas para viabilizar esse empreendimento.

Foram criadas duas comissões para cuidar dos assuntos referentes ao monumento do Ipiranga. Uma comissão central que atuaria na corte do

Rio de Janeiro. Esta, criada em 1869, presidida pelo senador Visconde do Bom Retiro que atuaria na corte em defesa da “questão Ipiranga” como passou a ser conhecida a polêmica em torno da construção do monumento. Mais tarde, uma outra comissão foi instalada em São Paulo. Esta era composta, entre outros integrantes, por moradores da cidade de São Paulo.

As duas comissões deveriam atuar na defesa da construção do palácio-monumento no Ipiranga, mas somente com a criação das loterias do Ipiranga, em 6 de abril de 1880, pelo presidente de São Paulo, Laurindo Abelardo de Brito, através de lei, é que as coisas começaram a acontecer.

As rendas dessas loterias seriam destinadas à construção de um monumento em homenagem à independência.

São Paulo até então não tinha seu monumento, mas a Corte já tinha ganhado a sua representação da independência. Insatisfeito pelo descaso das vontades paulistas, Guedes Portilho emite um apelo com a intenção de sensibilizar os membros da corte:

“ (...) Assim embalados de esperanças em esperanças, sempre fagueiras, todas illusórias, vamos deixando perpetuar-se este absoluto abandono em que permanece a mejestosa cillina; abandono de que os bons paulistas tanto se pejam aos olhos do estrangeiro, e que a existência de nada menos de dous monumentos na côrte manifesta um maior relevo; de sorte que, ao passo que aquela cidade se orgulha de contêr, desde 30 de março de 1862, a estatua do inclyto fundador do Império, e desde 7 de setembro de 1822 a do patriarcha dessa fundação(...). Pois bem; está transladada da cidade de S. Paulo para a do Rio de Janeiro a memória dos heróicos feitos havidos n'aquella. A estátua lá não é Pedro I a outhorgar a constituição; é Pedro I a cavallo, no acto de acclamar a independência- Como monumento da Independência, na sua inauguração, de facto, fallaram os oradores(...). A fim de completar tão singular espécie de centralização, acha-se também transladada para a côrte a memória do conselheiro José Bonifácio(...) A gloria da emancipação cabe a todos; mas reivindicemos a de ter sido o solo paulista o berço da nacionalidade brasileira(...). O Brazil não é a cidade do Rio de Janeiro; a nação não pôde com glacial indiferença, monumental bronze a desmentir seus annaes, falsificando a história; e menos o primeiro de seus Cidadãos querer que por mais tempo persista o menosprezo do recanto de São Paulo, que o heroísmo de seu Augusto Pai eternamente celebrizou(...)”. (apud Oliveira, 1999:24)

A Comissão “paulista” elaborou os critérios e normas do concurso público com o objetivo de selecionar, dentre os desenhos e plantas regularmente inscritos, aquele que melhor expressasse, do ponto de vista estético e histórico, os desígnios do monumento. Este concurso tinha data limite para inscrição encerrando-se em 31 de julho de 1876. Devidamente divulgado pela imprensa, em São Paulo e nas demais províncias, o documento estipulava normas que os interessados deveriam se enquadrar para participar, entre elas, a de ser brasileiro nato ou naturalizado.

As razões da não realização do monumento neste momento ficaram obscuras, mas em 1886, já com as obras em andamento, o presidente da comissão paulista Joaquim Ignácio de Ramalho se maravilha com o caminhar das obras, e se lembra do princípio da formação da comissão para que este sonho se tornasse realidade:

“ (.).Ainda em 1876, um monumento na colina do Ipiranga não passava de ideia patriótica (...)

Hoje é um vasto edifício em construção que a todos convence de que a despeito das contrariedades dos homens e da ação destruidora do tempo, o lugar em que o fundador do Império proclamou a liberdade da pátria (...). Já estará e ficara perpetuamente assinalado (...) ” (Oliveira, 1999:29)

Um dos motivos da demora dessa construção era a divergência de opiniões a respeito do que seria construído e de onde viriam às verbas para a construção e de como essa edificação colaboraria para a formação da identidade nacional.

Como enfatiza Ana Claudia Fonseca Brefe, *“A ideia de construir um monumento comemorativo à Independência brasileira é praticamente contemporâneo à sua proclamação (data de 1823)”* (2005:20).

A construção do monumento, neste momento, não obteve êxito, pois houve a dissolução da assembléia constituinte em novembro do mesmo ano. Além disso, a outorga da constituição de 1824 e a Confederação do Equador vieram como um golpe do poder absolutista que marcaria o primeiro reinado.

“ (...) Os grupos liberais, nesta época, consideravam a figura e as ações do Imperador expressão de “ absolutismo” e “ tirania” e acusavam-no de defender os interesses da dinastia de

Bragança em Portugal e de proteger os “portugueses” residentes no Brasil em detrimento dos naturais da terra”. (Oliveira, 2005:32).

No período correspondente aos anos de 1822 a 1825, o 7 de setembro não constava no calendário cívico do Império, ficando a comemoração desta data restrita a São Paulo. O que se comemorava era o Dia do Fico, 09 de janeiro, o dia 12 de outubro, data de aniversário do monarca e sua aclamação como Imperador.

O 07 de setembro foi introduzido nos festejos cívicos de todo Império a partir de 1826, aprovado pelo parlamento, mesmo período em que houve a formalização dos tratados de reconhecimento diplomáticos da independência do Brasil perante às outras nações.

Tanto a construção do monumento, como projeto escolhido, deram margens às polêmicas. E, como se buscava, ao mesmo tempo, realizar a construção do monumento e também o registro iconográfico do episódio, o artista que o executou também não escapou das críticas a respeito de sua contratação.

O artista Pedro Américo de Figueiredo e Mello foi contratado em 1886 para elaborar uma tela, a qual deu o nome de "Independência ou Morte". Sua contratação decorreu de uma proposta exposta pelo próprio pintor. Este, um brasileiro residente na Itália, ao chegar ao Brasil, foi logo comunicado da intenção de se confeccionar uma tela comemorativa da independência do Brasil, se oferecendo prontamente para tal tarefa. Como era um artista que mantinha relações com pessoas importantes na corte, mesmo tendo vivido em outro país, foi facilmente contratado. Contudo, isto não tira seu mérito, pois era dotado de um grande talento, sendo já reconhecido por outros trabalhos, como por exemplo, a tela “*Batalha do Avaí*” (1872/77) do Museu Nacional de Belas-Artes.

O edifício tem 123 metros quadrados de comprimento e 16 de profundidade. Durante o período de sua construção (1885-1890), várias características já faziam deste edifício referência excepcional naquela pequena cidade de São Paulo, com apenas 70.000 habitantes: o modelo de palácio, o grande porte e o fato de ser um volume isolado no espaço, visível

de todos os lados. Tudo isso há apenas uma légua e meia do perímetro urbano, o tornava, sem dúvida, um arrojo arquitetônico.

Foi inaugurado oficialmente em 1895 com o nome de Museu Paulista em homenagem aos Republicanos Paulistas.

Os republicanos deram outros significados ao edifício erigido originalmente para projetar a versão conservadora da proclamação da independência e da fundação do Império. Com os republicanos no comando, a versão toma um outro sentido e o palácio-monumento passa a ser entendido como marco de uma nação em formação.

É necessário ressaltar que, o grito proclamado por D. Pedro na colina do Ipiranga, ocorrido no dia 7 de setembro de 1822, e que movimentou esta busca do resgate do acontecimento para a construção do monumento, não foi divulgado de imediato. Este fato não teve atenção da parte da imprensa e nem mesmo foi mencionado pelo protagonista, mas não era desconhecido, pois os projetos apresentados usavam o acontecimento como respaldo de sua necessidade de se concretizar a construção.

Em carta dirigida aos paulistas no retorno à corte o fato não foi mencionado como divisor: O imperador se ateve a elogiar o apoio que a província promovia a seu governo e pedia que fosse mantida a união.

“Honrados paulistas! O amor que eu consagro ao Brasil em geral e á vossa província em particular, por ser aquela que todo o sistema maquiavélico, desorganizador e faccioso das cortes de Lisboa, me obrigou a vir entre vós fazer consolidar a fraternal união e tranquilidade, que vacilava e era ameaçada por desorganizadores, que em breve conhecereis (.)
Quando eu, mais que contente, estava junto de vós, chegam notícias que de Lisboa (...) pretendem atacar o Brasil (.)
Cumpre-me tomar todas as medidas que minha imaginação me sugerir (.) sou obrigado a separar-me de vós (o muito sinto), indo para o Rio ouvir meus conselheiros e providenciar sobre negócios de tão alta monta (...) Agora paulistanos, só vos resta conservardes união entre vós, não só por ser esse o dever de todos os bons brasileiros, mas também porque a pátria esta ameaçada de sofrer uma guerra, que, não só nos de ser feita pelas tropas que de Portugal forem mandadas, mas igualmente pelos seus servis partidistas e vis emissários que entre nós existem atraçando-nos. Quando as autoridades vos não administrarem aquela justiça imparcial, que delas deve ser inseparável, representai-me, que eu providenciarei. A divisa do Brasil deve ser Independência ou

Morte (...). Existi tranquilos; acautelai-vos dos preciosos sectários das cortes de Lisboa, e contaí em toda a ocasião com o vosso defensor perpétuo”.

Paço, 8 de setembro de 1822. Príncipe Regente. (documento reproduzido por Assis Cintra apud Oliveira, 2005:13).

O que ocorreu no Ipiranga parece ser um seguimento dos acontecimentos que vinham ocorrendo como, o dia do fico, a assinatura dos Manifestos às Províncias do Brasil assinado a 1º de agosto e o outro a 6 do mesmo mês de 1822, por D. Pedro I. Daí estes manifestos serem reconhecidos como atos de independência, uma independência sem conflitos, assegurando quem estaria à frente do governo.

É o que se abstrai das palavras de José Ribeiro Júnior em sua obra *Independência do Brasil*: “vemos, assim, que a ideia da independência estava amadurecida. Havia, no entanto, problemas internos a serem sanados”(1988:45)

Esta vinda à província de São Paulo fazia parte das visitas que o Regente havia empreendido para ter sua autoridade reconhecida. As notícias que recebeu forçaram-no a retornar a corte antes do previsto, e com isso lamenta e expõe sua indignação diante da ordem recebida da corte portuguesa, tendo sido cautelosa sua atitude quanto ao rompimento imediato. Ele temia o conflito direto, e isso não estava em consonância com o momento, pois a Áustria, que liderava a “Santa Aliança”, era a pátria de sua esposa D. Leopoldina. Tendo compreensão de que a aceitação de seu poder não era unânime, prefere não se colocar de imediato à frente, preferindo mobilizar sentimentalmente o maior número de grupos em torno de sua figura para assim consolidar a independência e se manter no poder.

Entre as décadas de 1860 e 1880 a figura de D. Pedro I, associada ao surgimento da nação brasileira, adquiriu dimensões simbólicas, saindo dos registros escritos e orais para se perpetuar em monumentos e esculturas, resguardando do esquecimento a memória da fundação da nação.

As celebrações do 07 de setembro não deixaram de ocorrer anteriormente a este período e também não foram só a partir desta época que figuras representando o ato proclamado foram idealizadas. Houve por exemplo, em 1844, a confecção de uma pintura executada pelo artista

francês François René Moreaux, pertencente ao Museu Imperial de Petrópolis, onde este episódio ganha outro caráter. O aspecto civil é exaltado, a tela retrata a proclamação da independência, mas nela D. Pedro I tem em sua mão um chapéu no lugar de uma espada. Pode-se verificar ainda nessa pintura, que D. Pedro I está rodeado por civis, e o lugar não sugere ser o Ipiranga, podendo-se imaginar ter ocorrido em qualquer outro lugar do Brasil.

Vários projetos foram apresentados para a construção de um monumento comemorativo da independência no Brasil, mas quase todos tiveram o mesmo resultado frustrado, como anteriormente indicado.

Em 1884 foi contratado o engenheiro e arquiteto italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi, para a construção do monumento, sendo uma pessoa que mantinha relações de amizade com diversos membros da corte, inclusive com o próprio imperador. Esta escolha gerou muitas críticas, inclusive pelo fato de ser Tommaso italiano, pois se entendia haver brasileiros qualificados para a empreitada.

Bezzi utilizou, de forma simplificada, o modelo renascentista para projetar o monumento. O projeto inicial previa um retângulo alongado e dois braços laterais, partindo da fachada, voltada para a cidade, na forma de um “E”. Para a sua construção foi contratado outro, italiano Luigi Pucci encarregado da contratação da mão-de-obra necessária para a execução do museu. Devido ao fato de em São Paulo não haver trabalhadores familiarizados com a execução de ornamentos, os imigrantes italianos acabaram por compor quase que o total do quadro das pessoas encarregadas da construção.

O material utilizado – o tijolo – ainda não se fazia predominante em São Paulo, sendo dominantes as construções de taipa de pilão (com paredes feitas de barro com estacas e ripas). O projeto foi o primeiro da cidade a contar com o estilo de edificação não geminada.

Em São Paulo ainda predominavam as construções em taipa. Porém já havia olarias na região de São Caetano, próxima do Ipiranga, de onde vieram os tijolos do edifício; a estação de trens do Ipiranga, na linha *S. Paulo*

Railway, foi criada para que pudessem ser trazidos os tijolos das olarias de São Caetano para a construção. Foram várias as olarias que forneceram os tijolos: na recente escavação do subsolo foram encontrados tijolos que estão expostos na sala onde se encontra a maquete do museu. Nesses tijolos estão impressas as marcas de seus fabricantes.

A preocupação com a fidelidade dos ornamentos do projeto do edifício, fez com que Bezzi executasse uma grande maquete em gesso, reproduzindo cada detalhe arquitetônico e de ornamentação. Esta maquete faz parte, hoje, do acervo do Museu e é interessante, pois nela se pode ver como seria o monumento se seu projeto original não tivesse sido modificado. Nela constam as alas que formariam um “E”, e que foram abandonadas por economia.

Quando foram criadas as loterias do Ipiranga, cujas verbas seriam utilizadas para a construção do monumento alusivo à proclamação da independência, não houve unanimidade de opiniões a respeito do que seria realmente realizado. A princípio, a ideia do monumento-edifício era a mais defendida.

Em 26 de fevereiro de 1881, correu a primeira das três loterias do Ipiranga e a arrecadação chegou à soma de mil contos de réis.

No mesmo ano de 1881 tinha sido promulgada uma lei provincial que definia a maneira como deveriam ser aplicadas as verbas das três loterias do Ipiranga. Esta lei previa o benefício das loterias, concedidas pela lei n.49 de 6 de abril de 1880, a ser empregado na disseminação da instrução primária e construção dos edifícios necessários. Com esta definição da aplicação das verbas, houve uma maior mobilização de recursos e um aumento do interesse por parte dos presidentes das províncias de São Paulo.

Com essa nova definição do destino das verbas das loterias do Ipiranga pequenas batalhas foram travadas entre os que defendiam o uso das verbas para instrução pública e os que eram favoráveis à construção de um monumento comemorativo. Os políticos do partido conservador defendiam a construção do monumento e os republicanos a aplicação das verbas na “Instrução Publica”.

“Houve dificuldades de ordem legal, oriundas do poder central, que obstaram a imediata extração das “ loterias do Ipiranga”. Evidentemente, a corte não queria a universidade em São Paulo, ainda mais proposta com o apoio de republicanos” (Hilsdorf, 1986:281)

É possível que toda essa polêmica em torno da aplicação do dinheiro tenha explicação no fato de que, quando as loterias foram criadas para se erigir o monumento, não se tinha a intenção de usar essa verba na educação, mas sim perpetuar o local onde ocorreu o rompimento da dependência em relação à metrópole portuguesa.

Contudo, se o objetivo fosse apenas a construção de um edifício, seria necessário pagar um imposto maior. Então, se cria uma lei destinando as verbas para a educação, para se obter desconto do imposto. A partir da criação dessa lei, que não se tinha a intenção de cumprir, começa toda a discussão.

Como consigna Ana Maria de Alencar Alves, a criação das verbas em forma de loterias era uma maneira da comissão de burlar a lei:

“No entanto, os documentos e discussões da época registram razão diferente para a existência da lei que destinava os “dinheiros” do Ipiranga para a instrução. Conforme crítica veiculada pela imprensa, a “fraudulenta”, como foi apelidada essa lei, era o resultado das manobras da Comissão de São Paulo à Assembleia Provincial a fim de isentar as verbas das loterias do Ipiranga dos grandes impostos a que estaria sujeitas se não fossem destinadas à instrução primária”. (Alves, 2001:36)

Como se tratava de uma lei para angariar recursos públicos, os municípios acharam-se no direito de reclamar a parcela que lhes cabia para a melhoria das condições do ensino primário, defendendo que a melhor maneira de comemorar a independência era dar instrução à sua população.

Rangel Pestana, republicano influente, foi um dos personagens que mais defendeu o uso das verbas para a instrução pública, travando verdadeira batalha com as comissões e a corte na defesa da instrução. Seus discursos em defesa da instrução pública repercutiam tanto na tribuna parlamentar, quanto na imprensa. Sendo ele mesmo o redator do Jornal, A

Província de São Paulo, não foram poucas as vezes que utilizou do jornal para denunciar a falta de interesse por parte dos integrantes das comissões em aplicar as verbas da forma como previa a lei.

Adiante um de seus inúmeros discursos:

“Já dissemos que o melhor, o mais glorioso e duradouro monumento para comemorar a independência do Brasil, é um estabelecimento de instrução [...] Não se pensa do mesmo modo no seio da comissão: prefere-se ali gastar 1.200 a 1.500 contos com uma extensa alameda e quase outro tanto talvez com um custoso monumento figurativo de qualquer coisa, menos da alta compreensão que possamos ter de nossos deveres sociais.

Ficará o resto para algumas acanhadas escolas ou para um pequeno liceu.

Não nos parece este o meio mais digno de comemorar aquele fato histórico.

Como monumento, o estabelecimento de ensino é incontestavelmente significativo e útil. A sua influencia na formação da nacionalidade, pelas lições que as gerações aí receberão segundo o desenvolvimento das ciências deve perpetuar gloriosa e proficuamente a data e o fato que determinaram a existência dessa mesma nacionalidade, até hoje ainda mal definida por falta de instrução.”(Rangel Pestana apud Hilsdorf, 1986:282)

Rangel Pestana se empenha a ponto de apresentar um projeto de lei a Assembléia provincial modificando o plano da comissão. Nesse, as verbas das loterias iriam para a construção de um estabelecimento de instrução, e o monumento restringia-se a uma coluna no meio de uma praça. Para ele não seria necessário ser no Ipiranga. O projeto não foi aprovado, mas a ideia também não foi abandonada.

A preocupação em difundir a instrução não se restringia a uma parcela minoritária, mas destinava-se a um grande contingente de cidadãos brasileiros que vinham se formando e que não tinham a menor instrução e amparo.

Em seu projeto, Rangel Pestana destinava uma parcela da verba à Casa de Misericórdia, que a seu ver era apropriada para dar instrução aos desvalidos.

Confira sua narrativa a respeito do assunto:

“Trata-se de um estabelecimento [a santa casa de misericórdia] em que devem receber educação boa parte desses menores, que dentro de pouco tempo entrarão no gozo de direitos políticos, tendo na sociedade a mesma posição que aqueles que têm vivido livres”. (A Província de São Paulo, 27.1.1885).

No caminho de Pestana, que desejava aplicação dos recursos das loterias do Ipiranga na educação, estavam as comissões encarregadas dos negócios do Ipiranga e a corte, que priorizavam a ideia de celebrar a Independência por meio da construção de um palácio no próprio Ipiranga. Juntas, estas representavam uma força e tanto em defesa dos interesses contrários ao de Pestana.

Nem por isso Pestana deixou se vencer, fazendo algumas modificações. Em 1883 apresentou novamente a proposta que foi rejeitada. Dois anos depois, em 1885, tenta novamente uma nova votação na Assembléia e o seu projeto é de novo rejeitado; desta vez, definitivamente. Não se conformando com a derrota, publica um desabafo:

“É admirável que dentro de cinco anos não se tenha chegado a um acordo sobre a aplicação do produto das loterias. Parece que cada vez as coisas mais se embrulham” (A Província de São Paulo, 12.2.1885).

Os republicanos, apesar de não terem conseguido que as verbas fossem usadas na educação, como queriam, conseguiram, ao menos, dar um destino ao monumento voltado para a instrução científica.

A questão do Ipiranga chega ao fim em 1885, sendo definido que seria construído um monumento no próprio Ipiranga e que esse edifício abrigaria um estabelecimento científico. Desta forma, agradou, em parte, os envolvidos.

Na cerimônia de inauguração do início das obras do monumento, os oradores ressaltavam a importância de juntar no mesmo espaço o culto à memória da independência e o ensino científico.

A decisão da construção do monumento onde se instalaria um instituto científico foi assegurada por lei, mas com a mudança do regime político que

ocorreu em 15 de novembro de 1889, no decorrer de sua construção, ela não se cumpriu. Em 1890, no primeiro aniversário da República, em 15 de novembro, suas obras foram dadas por encerradas, mesmo inacabadas. Assim sendo, o Palácio do Ipiranga ficou desocupado até 1893, quando foi aprovada uma nova lei que o designaria para abrigar um museu de história natural: O Museu Paulista.

CAP. II: NO CAMINHAR DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Caminhar pelas dependências do Museu Paulista da USP é deparar-se com alegorias de “heróis históricos” que representam a valorização do arrojo brasileiro. Essa memória nos acompanha desde a nossa infância, nos primeiros anos escolares, permanecendo estampada na maioria dos livros didáticos e, assim foi sendo difundida dentro e fora do território nacional. Isto aconteceu com a tela de Pedro Américo “Independência ou Morte” por ser a mais conhecida, sendo chamada de o “*cenário que embasou a identidade nacional*” pelo professor Roberto F. Brandão responsável pela divisão de Entomologia do Museu de Zoologia da USP.



Independência ou Morte - Acervo Museu Paulista.

O fato de São Paulo, no século XIX, ter sido o grande propagador do ensino público, voltado para a instrução e educação públicas, propiciou, portanto, que fosse divulgador destes mitos patrióticos, através de inúmeros meios, inclusive em suas publicações. Tais publicações contribuíram para que figuras heróicas e acontecimentos ligados à história, paulista e nacional, se tornassem conhecidos.

Maria Luiza Marcilio, em sua obra intitulada *História da Escola em São Paulo e no Brasil*, registrou:

"Uma vanguarda de intelectuais paulistas – bem restrita é verdade -, que se confundia com o poder regional e depois nacional, e que ao mesmo tempo dominava a grande imprensa nascente, iniciou o período republicano cheio de otimismo, de idealismo e de propostas para substituir o atraso do país pela civilização, a rotina pelo progresso, a dependência do estrangeiro pelos projetos nacionalistas.

A chave para atingir esses ideais- considerava ela- estava na educação, de preferência no ensino primário, alfabetizante. Por meio dele se extirparia a vergonha do analfabetismo dominante" (1992:327).

O monumento da independência, que ora se analisa, abriga um importante museu histórico. Foi construído no final do século XIX, e inicialmente não havia uma definição para o seu destino, como já se discutiu no Capítulo I deste ensaio. Durante a sua construção, acontecia paralelamente uma discussão política a respeito de sua finalidade, como também foi exposto anteriormente. Idealizou-se, assim, dentro de um conjunto de circunstâncias históricas, o monumento à independência no estado de São Paulo.

O fato é que quando suas obras foram concluídas, em 1890, o edifício permaneceu fechado até sua inauguração, em 1895, como um Museu de História Natural. O motivo desta não ocupação imediata foi que durante o período de sua construção ocorreu a mudança de regime político, e havia a necessidade de uma reorganização do país. Como República, um monumento à independência proclamada pela Monarquia não fazia muito sentido no Brasil da época. Isto explica a razão de tanta polêmica a respeito de sua construção bem como de sua utilização.

O Museu Paulista da USP atualmente tem três linhas de pesquisas: Cotidiano e Sociedade; Universo do Trabalho e História do Imaginário. As exposições são temáticas e a exposição que se inicia no *hall* de entrada e segue até o salão nobre está dividida em três momentos: A Colonização Portuguesa e a Formação da Sociedade Paulista; O Movimento Bandeirante; e a Independência do Brasil. Associa-se, desta forma, a história regional paulista aos eventos nacionais.

A maior parte desse acervo, referente ao tema “Independência”, foi reunida por seu segundo diretor Afonso Taunay, que contratado em 1917, cuidou da organização do museu para as comemorações do centenário da independência do Brasil (1822). Para compor o tema da independência nacional, Taunay não apenas recolheu dados: ele os constituiu e deu vida ao fato da emancipação, fazendo a sua leitura, com a ideologia nacionalista e patriótica de seu tempo. Elaborou uma história de vultos históricos, de bravos homens que construíram a nação e posteriormente a libertaram da metrópole opressora, valorizando o mito do bandeirantismo. O respeito de Taunay pelos bandeirantes pode ser facilmente constatado nas gigantescas esculturas desses desbravadores que se encontram no museu; idealizadas pelo diretor do museu, para retratar toda a glória do movimento, essas peças são de autoria de Luigi Brizzolara.

São Paulo com sua força econômica vinda principalmente da produção cafeeira proporcionou as bases da remodelação do museu, tanto no interior do edifício como em seu entorno. Hoje, os monumentos, jardins, fontes e tudo que se encontra fora das paredes do edifício-monumento não fazem parte da administração do Museu Paulista da USP. Os edifícios são gerenciados pela Secretaria Municipal de Cultura DPH, e a área verde pela Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente.

Taunay fez mudanças na decoração do museu que, até então, dispunha principalmente de coleções de história natural, procurando corresponder à concepção da historiografia do século XIX, na qual a busca pelo ideal nacional e a bandeira do partido republicano, do qual era membro, constituíam os símbolos patrióticos máximos. O seu projeto era tão grandioso, que começou a ser implantado em sua administração (1917-1945) e só foi concluído na década de 60. Esta alegoria, “Exposição do Taunay 1922”, classificada como coleção de longuíssima¹duração, ainda hoje é mantida. Começa com o Hall de entrada onde encontramos as esculturas de Fernão Dias Paes Lemos e Raposo Tavares, representando o movimento bandeirante, os retratos de D. João III, Rei de Portugal, responsável pelas primeiras investidas de povoamento do litoral brasileiro e o cacique “Tibiriçá”

¹ As coleções do museu estão classificadas em longuíssima, longa, média e curta e há as temporárias.

e seu neto, filho de Bartira com João Ramalho, representando um dos troncos das famílias paulistas. As telas são de autoria de Walsh Rodrigues e as esculturas de Luigi Brizzolara. Subindo as escadas, depara-se com ânforas contendo água dos principais rios do Brasil, sendo que na ânfora central encontra-se água do rio Tietê. A colocação central desta ânfora sugere a importância deste rio para São Paulo e para o país.

A história da sociedade paulista tem grande valor histórico e sentimental. Uma cidade como São Paulo necessitava da preservação de sua memória, e a aquisição de objetos para contar esta história já havia recebido investida, pouco expressiva, é claro, mas, de grande valor, por parte de Ihering, ao adquirir, por exemplo, três cadeirinhas de arruar, objetos utilizados como meio de transporte e inseridos no cotidiano paulista. Para diferenciar algumas dessas cadeiras, havia os brasões da família a quem pertenciam ou outros tipos de desenhos. Como eram poucas as pessoas que as possuíam as pessoas as reconheciam e sabiam a quem pertenciam. Os seus desenhos funcionavam como as placas dos automóveis hoje, com uma diferença: no período cadeirinhas mais respondiam a uma diferença de *status social* do que a uma necessidade efetiva.

Está vinculada a esta linha de pesquisa, o surgimento dos serviços públicos e o crescimento quase que instantâneo que esta pequena província alcançou com a implantação das ferrovias: o surgimento de casas comerciais e de câmbio, a criação do Liceu de Artes e Ofício² e indústrias de diversos segmentos, necessidades impostas pela riqueza que o plantio de café proporcionou³.

E para contar esta história, seu ponto de partida é São Paulo, o Estado responsável por todo esse desenvolvimento alcançado, principalmente pela produção do café, e o movimento bandeirante que

² 1º de setembro de 1882 a sociedade introduz no currículo cursos profissionalizantes, cria-se o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Objetivo: formar artesãos e trabalhadores para as oficinas, o comércio e a lavoura.

³ Museu Paulista da USP, no andar superior na Ala Universo do Trabalho encontra-se uma exposição "Cidade e Comércio" na qual se encontram expostos objetos referentes a estas atividades comerciais.

expandiu e defendeu as fronteiras do Brasil, não esquecendo que os limites de São Paulo não eram como hoje e sim, maiores.⁴

2.1 A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA.

Para entender a dinâmica do processo de independência, e como este processo está sendo contado no Museu Paulista da USP, é necessário analisar os motivos pelos quais a Família Real vem para o Brasil (1808). Embora este não seja o motivo considerado como responsável pela independência, é a partir da fixação da realeza portuguesa no Rio de Janeiro, que D. Pedro I vem parar na colônia Brasil e entra em contato com indivíduos da sociedade nacional.

Não que este estudo tenha a pretensão de dar conta de todos os detalhes e explicações, são apenas observações, já que na história não cabem afirmações categóricas, pois os fatos que hoje podem ter grande relevância, amanhã, a partir da descoberta de um novo documento, podem alcançar outra dinâmica.

Ao adentrar no *hall* do museu, já nos deparamos com telas que representam os personagens que serão apresentados neste capítulo como os responsáveis pela condução dos acontecimentos.

O período em que a Corte Portuguesa veio instalar-se no Brasil ficou conhecido como período joanino. Governava Portugal, como regente, o príncipe D. João, porque sua mãe, a rainha D. Maria I, havia enlouquecido em 1792.

Os acontecimentos da Corte de Lisboa no início do século XIX foram tumultuados devido ao avanço das tropas napoleônicas, que já haviam conquistado grande parte da Europa, ocasionando a vinda da Corte para o Brasil.

⁴ As divisas atuais paulistas são fixadas com a emancipação do Paraná em 1853.

Apesar de ser um grande império colonial, Portugal não teve como sustentar suas conquistas. A solução para isto foi fazer alianças com as outras potências, e principalmente com a Inglaterra. Dessa forma, Portugal manteve suas possessões, mas pagou por isso, uma vez que as outras nações como Inglaterra, França, Holanda, o superaram. Seu desenvolvimento interno não aconteceu e as outras nações, por terem aprimorado suas técnicas de produção, despontaram no cenário europeu, competindo entre si e fortalecendo o crescimento do capitalismo.

A Inglaterra foi a grande pioneira nesse sentido e como conhecedora da riqueza do Brasil e da deficiência monetária portuguesa, se aproxima para tirar proveito da situação: *“Portugal dependia das riquezas brasileiras para sustentar os gastos luxuosos da corte”*. (SEREZA, 2006:50. Revista, *Aventuras na história*, edição 35)

O Regente de Portugal, D. João, após a derrota que sofrera da França Napoleônica, para conseguir uma neutralidade no conflito Europeu, foi obrigado a ceder, a título de indenização, 60 milhas de território americano e uma soma em dinheiro para a França, ficando, assim, por três anos longe dos conflitos.



D. João VI - óleo de Jean Batista Debret (1768-1848) - Acervo. Museu Paulista da USP.

A Espanha passou a apoiar a França, e após um período de paz, juntas, essas duas potências passam a pressionar Portugal a declarar guerra à Inglaterra. Para Portugal, a decisão não era fácil, pois Napoleão com grande poder por terra já tinha conquistado grande parte da Europa e a Inglaterra, dona de uma frota poderosíssima e de um desenvolvimento

industrial superior ao da França, deixava Portugal em um sério impasse: aliar-se à Inglaterra ou à França, já que condição de defesa perante estas nações não existia.

Com o avanço das tropas de Napoleão e a assinatura do tratado de Fontainebleau⁵, assinado em outubro de 1807 entre França e Espanha D. João não viu outra saída, o melhor seria aceitar a ajuda da Inglaterra. Se ficasse, a sua dinastia estaria ameaçada e Portugal e suas colônias seriam divididos conforme o tratado assinado por ambas; os ministros D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares)⁶ e Silvestre Pinheiro, apoiaram a idéia do monarca que já havia sido bastante debatida no Conselho de Estado Português.

A Inglaterra que tinha perdido parte de seu mercado consumidor devido ao bloqueio continental⁷ vê no acordo proposto a D. João, a alternativa ideal para o consumo de suas mercadorias e ainda um grande fornecedor de matérias-primas. O diplomata português Luís da Cunha, já no período pombalino (1750-1777) reconhecia a riqueza da colônia brasileira e anteviu a transferência da corte para o Rio de Janeiro, afirmando: *"É mais seguro e conveniente estar onde há abundância de tudo do que onde é preciso esperar pelo que se quer"* (citado por SEREZA, 2006:51. revista, *Aventuras na história*, edição 35).

França e Inglaterra, as duas maiores potências da época, competiam entre si. O acirramento entre elas provocou por parte da França a determinação do bloqueio continental decretado por Napoleão, pretendendo, com isso, enfraquecer economicamente a Inglaterra. A ordem era a seguinte:

⁵ Nos termos do Tratado de Fontainebleau, França e Espanha, após a conquista dividiriam Portugal entre eles, incluindo suas colônias, esta divisão estava definida assim: Uma parte caberia ao rei da Etrúria, outra ao príncipe da Paz (Manuel de Godoy, favorito do rei da Espanha). As províncias da Beira, Trás-os-Montes e Estremadura ficariam em depósito para serem usadas, conforme as circunstâncias, no momento da paz.

⁶ D. Rodrigo de Souza Coutinho à frente do governo português (1796-1803 e 1807-1812), herdeiro político e intelectual de Pombal. Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 -1846) foi um importante filósofo português, tendo acompanhado a família real para o Brasil.

⁷ Para fazer face ao poderio britânico, Napoleão decretou o Bloqueio Continental em 1806, fechando o continente europeu à Inglaterra. Ele procurou, assim, criar toda sorte de dificuldades econômicas, a fim de desorganizar a economia inglesa.

o país que não cumprisse suas ordens se tornaria seu inimigo. Para Portugal, aderir ao bloqueio significaria arruinar o país.

Não havendo mais como se manter na neutralidade, D. João opta pela proteção da Inglaterra, já que dependia muito das suas manufaturas, e do seu auxílio financeiro. E mais. Se declarasse guerra à Inglaterra, esta invadiria os domínios americanos, ou seja, o Brasil. Dessa forma, a vinda da Família Real para o Brasil resultou de uma atitude astuta do monarca que soube identificar qual posição no momento seria menos prejudicial para seu governo. Sendo a Inglaterra, nesta época, o país pioneiro em termos de evolução industrial, essa dependência de Portugal se encaixava perfeitamente nos planos da Inglaterra. Com poderosa frota mercante, podia assegurar o reino de Portugal desde que isto lhe trouxesse vantagens, que certamente lhe foram concedidas, consolidando ainda mais sua posição de superpotência. Afinal, ser uma potência, na época, era ter navios e desenvolvimento industrial. E a Inglaterra tinha tudo isso: uma grande frota para levar seus produtos e trazer matérias-primas, muitas vezes de graça, para fazer mais produtos e levá-los ainda mais longe.

Portugal apesar da sua expansão colonial não soube direcionar com sabedoria as riquezas para o seu desenvolvimento interno, e a Inglaterra aproveitou-se disso para consolidar a sua política de absorção, situação esta observada por José Ribeiro Junior em sua obra *Independência do Brasil*.

“Na virada do século XVIII para o XIX – momento da crise – Portugal era um país colonialista de muitas riquezas ultramarinas, mas de fraca consistência interna, tanto econômica como política e militar no quadro da concorrencial da Europa”. (1988:20)

A Inglaterra tornara-se poderosa e como detentora das técnicas industriais sua prioridade era atingir mercados para o consumo das suas mercadorias e adquirir matéria-prima barata, possibilidade que o Brasil oferecia com uma enorme população e vasto território, que já se encontrava pronto para absorver estes produtos ainda mais porque já existia uma insatisfação quanto aos produtos decorrentes da Metrópole. Neste período, a

população estava à mercê dos produtos portugueses, aspirando por liberdade para as suas negociações, e aquisição de outros produtos.

Como foi dito anteriormente, Portugal não investiu na sua industrialização, sendo assim seus produtos perdiam em qualidade e preço perante os produtos Ingleses.

Possibilitada a entrada de outros produtos na colônia, esta diferenciação ficou evidente, como observa Caio Prado Junior.

“Éramos os únicos consumidores – forçados, está visto – dos medíocres produtos das indústrias portuguesas, que de forma alguma poderiam agora, em igualdade de condições, concorrer com os da Inglaterra” (1994:48).

A Inglaterra, que já tinha interesse no mercado da colônia mais rica de Portugal (Brasil), soube aproveitar-se do momento oferecendo sua proteção, sob a condição de que D. João e sua Corte se instalassem no Brasil. Sem opção, uma vez que as tropas de Napoleão já tinham mostrado seu poder, D. João, para preservar a sua dinastia e ao mesmo tempo proteger a colônia, decide instalar-se juntamente com toda a Corte no Rio de Janeiro.

O receio de D. João era perder o Brasil, pois representava o espaço complementar ao desenvolvimento econômico da Metrópole. A situação era a seguinte: ou aceitava a ajuda para a fuga para o Brasil, ou Lisboa seria bombardeada pela Inglaterra ou invadida por terra por Napoleão Bonaparte.

Para a Inglaterra interessava mais que Portugal aceitasse ser escoltado, pois, o objetivo era o mercado consumidor que aqui se encontrava.

As medidas tomadas por Napoleão gradativamente foram colocando a França em destaque perante toda Europa. Mesmo assim a vinda da Família Real para o Brasil significou para a França uma grande perda nas suas pretensões; houve muitas tentativas de resistência às tropas de Napoleão, sem êxito, pois, no momento, o seu poder não encontrava um adversário à altura a não ser a Inglaterra. A França só foi derrotada quando Prússia e Áustria uniram-se à Rússia; então Napoleão sofreu sua derrota final, nos verdes gramados de Waterloo em 18 de junho de 1815. O vencido foi levado

a Santa Helena, uma ilha da costa da África, de onde nunca saiu, morrendo em 1821.

Os vencedores de Napoleão reuniram-se em um Congresso na cidade de Viena, capital da Áustria, com o objetivo de restaurar a velha ordem dos reinos absolutistas e criaram a Santa Aliança, uma associação formada pelos três reinos mais importantes presentes ao Congresso, Rússia, Áustria e Prússia, com poder de intervenção em nações onde movimentos liberais pudessem pôr em xeque os governos absolutos. A Santa Aliança contribuía para ajudar a reconstruir a ordem conservadora européia. E é neste contexto histórico que a colônia do Brasil é inserida e vista como a salvadora dos lusitanos.

Em 29 de novembro de 1807, escoltada pela divisão inglesa do almirante Sidney Smith, a Família Real portuguesa sai de Lisboa rumo ao Brasil com aproximadamente 10.000 cortesãos. Parte da comitiva, na qual se encontrava a Família Real chega à Bahia, mais precisamente em Porto Seguro, em 22 de janeiro do ano 1808, lá permanecendo por alguns dias. As mazelas da viagem eram evidentes “*A Corte chegara ao Brasil suja, faminta, doente e desesperada*”. (Achiles, 1973: 89).

Com essa observação é possível se verificar que a viagem da Corte realmente não foi fácil, por dois aspectos, principalmente: primeiro, a viagem não foi espontânea, e sim forçada; segundo, era por demasiadamente longa - foram muitas as dificuldades que enfrentaram na travessia, bem como nos primeiros momentos da chegada.

D. João e parte da comitiva permaneceram por alguns dias na Bahia antes de seguir viagem para o Rio de Janeiro.

O Regente conhece José da Silva Lisboa (o visconde de Cairu). Há a apenas seis dias de sua chegada na Bahia, D. João decreta, através da carta régia de 28 de janeiro 1808, a abertura dos portos do Brasil aos navios das nações amigas (ou seja, a Inglaterra).

Essa abertura dos portos brasileiros às nações amigas, que no momento se resumia à Inglaterra, é um fato bastante conhecido e comentado por muitos historiadores, sendo um deles Caio Prado Junior.

“O primeiro ato do regente, apenas desembarcado no Brasil, foi justamente franquear os seus portos ao comércio das “nações amigas”, o que queria dizer – a Inglaterra”. (1994: 47).

Para alojar a grande quantidade de pessoas, que veio com D. João, houve uma verdadeira avalanche de desapropriações de moradias no Rio de Janeiro. As casas melhores do centro desta cidade foram requisitadas, fazendo com que seus moradores as desocupassem, sendo indiferente que as pessoas concordassem ou não com a desapropriação.

Nas portas das casas escolhidas eram colocadas às letras “PR” de Príncipe Regente, mas o povo logo empregou outro significado, e referia-se às letras como “Ponha-se na Rua”, demonstrando sua insatisfação com o abuso de poder do seu recém-chegado monarca.

Com a instalação da corte no Rio de Janeiro, a colônia tornara-se sede do Império Português, deixando o estatuto colonial, e embora essa condição fosse provisória, as mudanças eram necessárias e foram enormes. Criaram-se repartições administrativas e os organismos que funcionavam em Portugal foram transplantados para o Brasil. Havia a necessidade de se extinguir os caracteres de um regime de colônia e aos poucos todos foram se extinguindo, até que em 16 de dezembro de 1815 o Brasil é elevado ao *status* de Reino Unido de Portugal e Algarves.

A elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, tinha um objetivo mais amplo que era o de defender a presença da realeza na América no cenário europeu. Também agradava aos súditos do Brasil, pois destruía a ideia de Colônia que tanto lhes desagradava, além de afastá-los da pretensão de Independência e de República.

Esta não foi a única medida controladora do monarca absolutista. Outro exemplo é o estímulo que a Biblioteca Real recebeu neste período, possibilitando a edição de livros; logicamente os mesmos eram controlados. Havia a intenção não só de suprir a carência destas instituições, mas também a de se evitar que jovens fossem estudar na Europa e, com isso, se familiarizarem com as ideias libertadoras, então em voga. A criação da

Escola de Belas Artes em 1816 também pode ser inserida neste contexto de políticas educacionais e culturais.

A vinda da Família Real para o Brasil foi interpretada por alguns como sendo resultado de uma conduta de covardia. Entretanto, como podia ser covardia assegurar o seguimento de uma dinastia?

O que se pode deduzir é que, na verdade, essa ação foi resultado mais de astúcia do que qualquer outra coisa.

As opiniões quanto ao assunto divergiam; não que essa discussão alterasse algo, mas o certo é não havia unanimidade quanto à questão, havendo aplausos por parte de alguns. Em especial, Hipólito José da Costa, exaltou a atitude de D. João como sendo a mais correta diante das circunstâncias.

A propósito, registrou Iara Lis Souza:

“ (...) O letrado Hipólito da Costa, que editava o jornal correio brasiliense em Londres, elogiou o “golpe de mestre” de D. João ao colocar Napoleão numa situação vexatória. Na lógica de uma sociedade de corte, salvaguardar a figura do rei, manter sua grandeza e honra, não manchar sua autoridade, era tarefa capital e da maior importância. Enfim, a transferência da corte garantia a majestade da realeza.”
(2000:22)

O Brasil que o monarca encontrou formava-se em função da atividade econômica que sustentava a Metrópole portuguesa, uma sociedade capaz e em conexão com as mudanças que ocorriam na Europa Ocidental e na América do Norte.

A América do Norte já havia-se libertado dos ingleses em 1776, sendo a primeira nação livre do continente americano e lançava o ideal de liberdade e de direito individual, base da mentalidade democrática e liberal da época. Estas mudanças refletiram no quadro político americano, dando origem a movimentos que buscavam a emancipação do jugo colonial.

No Brasil, os líderes do movimento de independência de 1822 não estavam nas massas populares e sim na elite local. Outros movimentos

surgiram anteriormente a este, porém não tiveram sucesso e não lutavam por uma libertação total do território. Eram movimentos locais, como a Conjuração Baiana, Inconfidência Mineira, Movimento Farroupilha, Cabanagem e outros.

Quando Taunay, em 1922, empenha-se nas comemorações do centenário da independência, homenageia Tiradentes como mártir da Inconfidência Mineira, no monumento erguido em 1922, no Parque da Independência. Então Joaquim José da Silva Xavier passa a figurar junto com os já consagrados heróis nacionais.



FONTE: Coleção particular Moretti. (Inconfidentes: Monumento a Independência 1922).

Fazendo um parêntese, é de se registrar que a vinda de uma missão artística francesa, da qual Jean Baptiste Debret havia sido integrante, levou à Europa através de seu trabalho muito da representação da nossa cultura e paisagens, deixando-nos também grandes trabalhos, entre eles o desenho de nossa primeira representação como nação independente.

Aprende-se no colégio que o verde da bandeira evoca nossas florestas e o amarelo, as riquezas do país. As duas cores representam, na verdade, as dinastias de Habsburgo e Bragança, e por isso foram escolhidas

por D. Pedro I, logo após a independência, quando encomendou a Jean-Baptiste Debret o desenho do primeiro pavilhão nacional⁸.

O losango central foi inspirado no estandarte dos regimentos de Napoleão I, de quem Debret, francês, era admirador. D. Pedro I, também nutria certa simpatia, tanto que rejeitou o título de rei do Brasil, a ele atribuído, preferindo, tal qual Bonaparte na França, o de Imperador.

Os poderes estavam centralizados na mão de poucos; essa pequena parcela da população se dividia em três partidos: o partido português, o partido brasileiro (formado pela elite agro-exportadora), e partido dos liberais radicais (funcionários públicos, profissionais liberais, militares e padres entre eles Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e Antônio Carlos irmão de José Bonifácio). Esses dois últimos partidos, embora com opiniões diferentes, se uniram pela independência do Brasil. Na construção do imaginário da independência, idealizado em 1922 por Taunay, estes homens estão imortalizados como idealizadores deste movimento que atingiu seu objetivo na pessoa de D. Pedro I e no solo paulista.

Havia o desejo de rompimento com Portugal, mas as estruturas que compunham o quadro de exclusão dos menos abastados e a escravidão seriam mantidas, como é observado por Carlos Guilherme Mota:

“como resultado político, o nascente estado brasileiro assumiu a forma de uma monarquia constitucional. Manteve-se a base escravista, defendida pelos setores mais conservadores da aristocracia agrária.” (1996:60)

Enfim, o Brasil que D. João encontrou, possuía uma insatisfação com o regime colonial, e estava dividido em 17 capitanias, cada qual com um governante; dez delas eram capitanias gerais e sete subalternas, por exemplo, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e parte de Alagoas eram submetidas à Capitania Geral de Pernambuco.

⁸ No Parque Independência na zona sul de São Paulo próximo ao chafariz, no piso existe um mosaico com dragões da dinastia de Bragança.

A instalação da Corte no Brasil durante muito tempo foi tida como a grande impulsora da independência, mas esta visão tradicional já é muito questionada entre os historiadores, sendo mais aceita a afirmação de que a causa seria a crise do sistema de “Pacto Colonial” que não se sustentava mais devido ao crescimento do capitalismo e do desenvolvimento econômico da própria colônia. Nesse sentido, Caio Prado Júnior diz:

“JÁ vimos como a emancipação política do Brasil resultou do desenvolvimento econômico do país, incompatível com o regime de colônia que o peava, e que, por conseguinte, sob sua pressão, tinha de ceder”. (1994:51)

A vinda da Corte mudou o cotidiano colonial. Imagine-se uma colônia, com tamanha riqueza como a do Brasil, vivendo uma situação agora de destaque, saindo do mero papel de fornecedora de matérias-primas e consumidora exclusiva dos produtos portugueses. A transferência da Corte constituiu, de fato, transformações no quadro administrativo, causando mudanças significativas como a criação da Biblioteca Nacional, da Imprensa Régia, do Banco do Brasil, do Erário Régio, da Academia de Medicina, da Academia de Belas Artes e do Museu Nacional, e a abertura dos portos às nações amigas. Estes serviços eram importantes e atendiam aos anseios das classes dominantes, que já estavam sendo agraciadas, inclusive, com títulos de nobreza⁹.

A instalação da corte substituiu o processo final da luta armada, que foi o das demais colônias americanas. O certo é que com a Corte instalada no Rio de Janeiro e as mudanças implantadas favorecendo os poderosos, que eram os líderes do movimento, os ânimos foram acalmados pelo menos por um período. A mudança que a instalação da corte proporcionou à vida

⁹ Os títulos de nobreza surgiram no século V. A partir do século IX, os títulos se tornaram hereditários, passando de pai para filho. No Brasil, essas designações da fidalguia aportaram no século XIX. No total, 1211 títulos de nobreza foram distribuídos por aqui. Mas com uma diferença importante: eles não eram transmitidos de pai para filho. Se o herdeiro de um nobre quisesse ter direito à mesma honraria, teria de pagar ao governo. Um título de duque, por exemplo, custava três vezes mais que um de barão. Com a proclamação da República, em 1889, todos os ícones dos tempos de monarquia foram banidos pelos militares, incluindo os títulos de nobreza. Hoje, essas condecorações não valem nada. Mas, na Inglaterra e em outras monarquias européias, ser barão ou conde ainda garante certo prestígio social.

social dos moradores da sede do reino fez com que a colônia perdesse sua característica de regime de colônia. O que a diferenciava agora de uma nação autônoma era o fato de ser governada por um governo estranho, que embora tivesse abolido as restrições que emperravam o seu desenvolvimento, continuava preso a Portugal. Esta situação, no entanto, não permaneceria por muito tempo.

Embora D. João mantivesse certa simpatia por estar no Brasil, as mudanças implantadas pela sua administração não privilegiavam a antiga colônia e sim se faziam necessárias: Portugal, ocupado pelos franceses, não se encontrava em condições de exercer seu poder sobre o território colonial americano e direcionar a administração necessária do império.

“O processo de autonomização do Brasil não se restringe ou esgota em 1822. A desagregação do mundo colonial se estende pelo início do século XIX com a reformulação do papel das câmaras, a criação da Guarda Nacional e o fim das tropas e milícias, além de tentativas de várias províncias de proclamar a República e se tornar independentes do próprio Brasil. Tampouco se inicia com a abertura dos portos ou a vinda da família real, como reza uma antiga história” (Souza, 2000:11).

Apesar de a colônia ter se destacado na economia, o poder econômico continuava nas mãos dos grandes comerciantes e proprietários de terras, em sua maioria de nacionalidade portuguesa.

Em 16 de dezembro de 1815 o Brasil é elevado ao *status* de Reino Unido de Portugal e Algarves¹⁰. Nesse ínterim, as tropas de Napoleão saem de Lisboa e passa a ser exigida por parte dos residentes em Lisboa a volta da família real a Portugal. Os portugueses sentiam-se abandonados e queriam seu rei de volta. A queda de Napoleão tornou mais evidente a

¹⁰ D. João, desinteressado de voltar a Lisboa, em 16 de dezembro de 1815, fez publicar a Carta de Lei que dizia: "Que os meus Reinos de Portugal, Algarves, e Brasil formem dora em diante um só e único Reino debaixo do título de REINO UNIDO DE PORTUGAL, E DO BRASIL, E ALGARVES". Saudada com entusiasmo no Rio, a mudança não foi tão bem recebida pelos portugueses. A elevação a Reino Unido colocava o Brasil em condições de igualdade ou até em situação superior a Portugal, visto que a Corte permanecia no Rio de Janeiro.

decadência do reino português, que em nada fora beneficiado com a permanência da família real na América. Porém, o retorno de D. João só ocorreu em 1821 e, mesmo assim, deixando no Brasil D. Pedro como regente. Outra manobra de D. João VI, agora para assegurar-se de que mesmo havendo uma separação entre Metrópole e Colônia, à frente do governo, estaria seu filho. Deste modo, portanto, os laços ainda permaneceriam. Esta separação poderia não ocorrer, havendo a possibilidade de ser representada pelo regente, e isto não era difícil, pois, eclodiam revoltas e movimentos por emancipação em várias províncias.

2.2 RECONHECENDO A INDEPENDÊNCIA

Proclamada a Independência em sete de setembro 1822 pelo Regente D. Pedro, a Inglaterra continuou a exercer grande influência sobre o Brasil.

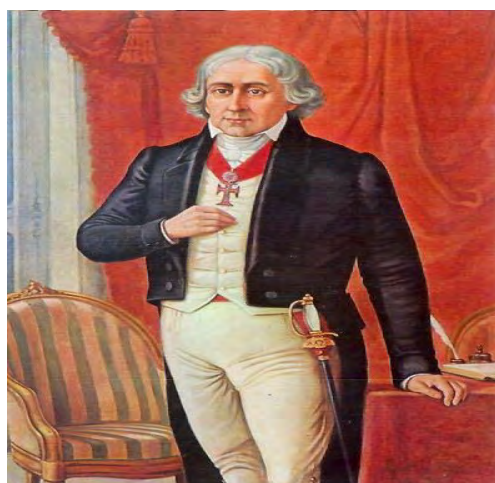
Nas negociações de reconhecimento da Independência, foi a Inglaterra a mediadora entre Brasil e Portugal. Entretanto, o primeiro país a reconhecer o Brasil como nação independente, foi os Estados Unidos da América seguido pelos países da América Latina, com algumas restrições devido ao regime de monarquia ter sido mantido. O fato de ter-se proclamado a independência, mantendo-se um herdeiro Portugal à frente do país repercutia de maneira negativa e não era aceito por todos.

Para a Inglaterra e outras nações industrialmente desenvolvidas interessava que Portugal reconhecesse a independência do Brasil, pois um retrocesso poderia ter como consequência o fechamento dos portos, já que o Brasil, além de fornecedor de matéria-prima, detinha um grande mercado consumidor dos produtos manufaturados, resultado do pacto colonial existente até então, que não permitia a instalação de indústrias em território brasileiro.

A Inglaterra tinha pressa nas negociações do reconhecimento de Independência do Brasil, mas precisou de uma confirmação política e militar do governo de D. Pedro I, cuja principal figura era José Bonifácio de Andrada

e Silva, patriarca da Independência. Parafraseando Aristheu Achilles, José Bonifácio era um estadista de visão¹¹, dotado de reconhecido patriotismo e que muito fez para consolidar a independência.

José Bonifácio, monarquista constitucional e líder dos aristocratas do Partido Brasileiro, tornou-se o principal ministro de D. Pedro I, afastando do poder os democratas, em meio à grande agitação. Suas propostas em relação à escravidão, ao tratamento dado aos índios, à reforma agrária, à proteção ao meio ambiente, à educação, entre outras, são até hoje debatidas. Este personagem, tão emblemático na sua trajetória de estadista, foi tutor de D. Pedro II, amigo e inimigo de D. Pedro I em diferentes momentos, no fim de sua carreira política foi exilado. Porém, acabou sendo absolvido pouco tempo antes de morrer. Será consagrado no período de Taunay e sua imagem repousa ao lado direito de D. Pedro I no salão nobre do Museu Paulista, sem vestígios de intrigas políticas passadas.



“José Bonifácio de Andrada e Silva” – óleo de Benedito Calixto (1853-1927). Acervo Museu Paulista da USP.

Devido a algumas províncias continuarem fiéis à antiga metrópole, não foram poucas as dificuldades de D. Pedro I em conter os conflitos, que surgiam nas províncias ocupadas pelas tropas portuguesas. Com desejo de que o Brasil retornasse à condição de colônia, os oficiais que comandavam as tropas destas províncias não reconheciam a autoridade de D. Pedro I,

¹¹ ACHILLES, Aristheu. *Raízes do Pensamento Político Brasileiro na Independência*. Brasília, Senado Federal Centro Gráfico 1973: 117.

obedecendo às ordens emitidas pelas cortes portuguesas, fato que logo veio a ser resolvido, com a expulsão destes do território brasileiro.

Mesmo sendo D. Pedro I, considerado pelas lideranças políticas o mais adequado para consolidar a Independência e manter a unidade nacional, a sua posição de chefe da nação em formação precisaria ser solidificada.

“...colocava-se em pauta: como fundar uma nova sociedade? De que maneira estabelecer um corpo político autônomo e com quais regras viver em coletividade? Precisava, igualmente, solucionar outro problema: que figura política teria a fortuna de angariar a adesão de mais pessoas e, em si, significar este território e sua gente”? (Souza,2000:9)

O primeiro passo seria conter as tropas portuguesas, e, para tanto, foram contratados, exércitos de mercenários.

Esta estratégia não era nova. Para não correr o risco de armar a população, esse exército não era força de terra, sendo bem pago. Quando os conflitos fossem controlados, os soldados iriam embora e não causariam problemas. Tal estratégia já fora usada em tempos passados por outras nações na defesa de seus territórios e também para conter conflitos internos com êxito.

“...Tais mercenários eram em geral recrutados nas áreas exteriores ao perímetro das novas monarquias centralizadas, com freqüência regiões montanhosas especializadas em fornecê-los...” (Anderson, 1985:29).

Mesmo assim, houve uma grande participação popular nas lutas travadas por todo país. Pierre Labatut que comandou tropas na Bahia recrutou inclusive escravos. Mas, apesar de lutarem para garantir que a independência fosse mantida, quando as lutas cessaram esses escravos e a população humilde foram esquecidos. Ao invés de receberem o merecido reconhecimento, o papel importante que as massas populares desempenharam foi apagado da memória e história nacionais.

Na Bahia houve um grande empenho da população em expulsar as tropas portuguesas contrárias a D. Pedro I. Os baianos, conscientes de seu valor, comemoraram por muito tempo o 2 de julho de 1823, dia da expulsão das tropas portuguesas, sendo para eles este dia o mais representativo da independência do Brasil. Entretanto, a data relacionada ao episódio nunca constou no calendário cívico nacional, sendo comemorado apenas na Bahia.

Este reconhecimento da participação baiana e de outras províncias foi recuperado quando Taunay organizou o Museu Paulista para as comemorações do centenário da Independência. Homenageou, na ocasião, Maria Quitéria¹² dando lugar de honra a outros personagens.

Esta heroína, juntamente com a mãe Joana Angélica, que morreu ao impedir que as tropas portuguesas invadissem o convento da Lapa em fevereiro de 1822, à procura de soldados brasileiros, foram personagens marcantes. É de muita relevância a sua presença no cenário da independência do museu, já que no século XIX o universo era totalmente masculino.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros: acervo Museu Paulista da USP.



FONTE: www.universia.com.br

A política implantada, isto é, a de suplantar a participação popular, atingiu seus objetivos. Após a Independência, muitas províncias nem se davam conta do que estava acontecendo. As regiões distantes dos

¹² Contra a vontade paterna, Maria Quitéria sai de casa e, em roupas de homem, cedidas pelo cunhado José Cordeiro de Medeiros, marido de Teresa Maria, alcança Cachoeira, alista-se num regimento de artilharia e passa em seguida à infantaria. Ali, no Batalhão dos Voluntários do Imperador, também chamado Periquitos, e onde está, por sinal, um avô do poeta Castro Alves, o major José Antônio da Silva Castro, o pai de Quitéria vai descobri-la como que por acaso - mas não a convence a voltar para casa.

acontecimentos da capital do império, o Rio de Janeiro, não mudaram suas rotinas de vida.

Beneficiar a grande massa de colonizados e de escravizados que compunham a maioria da população não fazia parte das reivindicações de independência. A prova disso se encontra nas muitas formas com que era tirado o direito do povo de participar das decisões “*O voto era censitário, era privilégio dos “Homens bons”, de alta renda*” (MOTTA, 1996:57)

Os escravizados que lutaram com a promessa de ganhar liberdade após a independência, não a tiveram e os que acreditavam que com a independência a escravidão se eliminaria estavam tão enganados quanto os anteriores a propósito registrou Emilia Costa Viotti “*Na época da Independência, os escravos viram suas aspirações à liberdade frustradas*” (1988:19)

O reconhecimento da independência do Brasil interessava em muito, às nações industrializadas e principalmente à Inglaterra, que como principal credora de Portugal, com a Independência garantiria o cumprimento das dívidas contraídas por D. João VI.

Somente em 29 de agosto de 1825 é oficializado o reconhecimento português da Independência do Brasil mediante um acordo de indenizar a ex-metrópole em dois milhões de libras esterlinas e o título honorífico a D. João VI, associado a D. Pedro I de Imperador do Brasil.

Assim, a independência foi sendo consumada mais através de alianças políticas entre uma classe e outra, que visavam manter seus interesses próprios, e não como efetivação de uma emancipação propriamente dita. Deu-se, portanto, mais em consonância com a onda de movimentos de contestação, de inspiração liberal, em reação às medidas restauradoras do Congresso de Viena.

Tais movimentos, de cunho liberal, combatiam o absolutismo de direito divino dos reis, mas admitiam a Monarquia desde que os poderes dos soberanos ficassem limitados por uma Constituição e fossem respeitadas as liberdades individuais.

O processo de emancipação política do Brasil ocorreu nos bastidores, com as articulações políticas entre setores de elite.

Diferentemente das outras colônias da América, que obtiveram sua liberdade através de violentas lutas, aqui se manteve os privilégios dos mais abastados, tendo-se como chefe maior, o herdeiro da dinastia que governara anteriormente. A forma como foi concebida a nossa Independência, nos dotou de uma particularidade: no continente americano foram os brasileiros os únicos a proclamar a independência e adotar o sistema de monarquia constituinte. Os promotores da emancipação política da nação brasileira, na verdade, fizeram uma adaptação da monarquia aos novos princípios.

A monarquia do Brasil, com D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II adotou a prática similar àquela de Portugal no que se refere a títulos de nobreza. Para conseguir manter o sistema monárquico de governo por 67 anos, muitos foram agraciados com títulos de nobreza; os recém-agraciados, porém, tinham outra ocupação: não eram guerreiros como em Portugal, mas homens ricos que viam o título como prestígio social. No Brasil, para que um filho ou herdeiro recebesse o título do pai teria que pedi-lo, novamente, ao imperador, que poderia concedê-lo ou não. Os títulos de nobreza não foram em nenhum momento hereditários.

Essa troca entre o imperador e os produtores enriquecidos ajudou a monarquia a se manter no Brasil.

Entre os três monarcas, D. Pedro II foi o que mais distribuiu títulos: só entre 1841-1889 foram 1065.

Então, longe de ser uma conquista, a crise que deu início à ruptura do sistema vigente encontra sua explicação no crescimento do capitalismo.

Ela implicou uma acirrada luta social: várias camadas sociais disputavam a liderança, desejando impor ao movimento libertador o sentido que mais convinha e interessava a cada uma. No final, prevaleceu a vontade da aristocracia rural proprietária de terras e escravos.

Para manter-se a unidade territorial e os privilégios de uma minoria precisaria se resolver qual figura reuniria mais adeptos. Embora não havendo um consenso a figura de D. Pedro juntava as condições para a mentalidade dominante como observa Iara Lis de Carvalho Souza

“ Vários motivos concorreram para a opção por D. Pedro, sem desdenhar os projetos federalistas e republicanos então em voga. Basicamente, optou-se pela monarquia constitucional e, por direito dinástico, D. Pedro era o candidato natural ao trono, mantendo a mesma família real, cujos laços de fidelidade e amizade com os emigrados portugueses e as elites mercantis do centro-sul já haviam-se desenhado. Pesava a habilidade do príncipe em ocupar a praça pública, falar em nome do seu pai e negociar com a movimentação de tropas que forçara D. João VI a jurar as Cortes em fevereiro de 1821.” (2000: 54)

Proprietários de terra e comerciantes constituíam a camada social dominante na colônia.

A camada inferior da sociedade era a de trabalhadores livres e escravos, sendo o seu extrato mais humilde, aquele composto pelos escravos. As classes pobres viam na Independência a solução dos seus problemas, mas também viram rapidamente se perderem os seus sonhos. Aconteceu que os mais abastados se serviram destas classes pobres para alcançarem seus propósitos na luta contra a reação das cortes portuguesas em recolonizar o Brasil. Foram planejadas verdadeiras transformações sociais que não ocorreram.

A Independência política do Brasil encontra sua data formalizada com o Ato do Ipiranga ocorrido em 7 de setembro de 1822; contudo há de se considerar que esta ruptura significativa para o Brasil, só foi possível ocorrer graças a outros movimentos ocorridos anteriormente e medidas adotadas previamente como o Dia do Fico, de grande relevância para este ato final.

O 7 de setembro, dia tão conhecido no calendário cívico brasileiro, precisou aguardar quase 70 anos para que se consolidasse como data nacional comemorada em todo território brasileiro.

CAP. III: SÃO PAULO RETRATADO NO MUSEU PAULISTA.

Monumento à Independência localizado na colina do Ipiranga onde em 7 de setembro de 1822, ecoou o “grito” de libertação do jugo português é marco da memória e da história da nação brasileira. Como observado antes, nunca houve dúvida de sua localização, determinada desde os primeiros anos. Embora isto não fosse questionável, somente após 63 anos é que vieram se iniciar as obras de tão significativo monumento.



Fonte: coleção particular Moretti (O Parque Independência).

A partir desta visão panorâmica do Parque Independência pode-se ver os dois momentos da idealização deste conjunto comemorativo à independência do Brasil no ano de 1822. A primeira imagem (acima) é o edifício-monumento onde se encontra instalado o Museu Paulista da USP, sendo concebido em 1890. O segundo (abaixo) é o Monumento à Independência, realizado no ano de 1922 e idealizado por Affonso de Escragnole Taunay. Ambos são notáveis e possibilitam leituras diversas

desse momento histórico. No segundo, conhecido também como cripta, os elementos se misturam e é possível ver a independência acontecendo em vários momentos, seja no movimento da Inconfidência Mineira (1789), Expulsão das tropas portuguesas da Bahia (1823), Movimento Republicano (1873), na libertação dos escravos (1888) e inclusive nos laços de amizade entre Brasil e Portugal (pira com o fogo) que permanecem após a independência, pois todos esses momentos estão representados neste mesmo monumento simbolizando conquistas importantes que culminaram no 7 de setembro de 1822 e, também, outras que ocorreram posteriormente, tão importantes como as anteriores. Importante salientar que o propósito era a construção cultural da nação.

Quem não conhece o edifício-monumento não pode avaliar o quanto é majestoso. Quando ainda era um edifício isolado no meio da colina, desde longe se via seu esplendor; hoje, rodeado por longas avenidas e numerosas construções modernas, seu brilho não se ofuscou e, pelo contrário, situado entre jardins que completaram sua beleza é um orgulho da arquitetura nacional.

O Museu Paulista¹³ surge em um período importante da cidade de São Paulo e da nação brasileira: a capital paulista havia-se tornado o centro da economia nacional na época, e o Brasil rompia com a Monarquia, proclamando a República.

Em 1885, no sítio Ipiranga, quando enfim chegou o dia do início das obras deste importante edifício, que posteriormente abrigaria o Museu Paulista, a cidade de São Paulo, que desde sua fundação em 1554 tinha sua atenção voltada para o centro, hoje conhecido como centro velho, ampliava-se. Assim, o centro antigo da cidade teve que dividir seu prestígio com o bairro Ipiranga, pois a primeira região ganhava “*Status*” de embrião e a outra de libertadora do país.

¹³ Em 1893 por determinação do então presidente do Estado, Bernardino de Campos o edifício-monumento recém-inaugurado recebe seu acervo inicial. Às determinações do Governo Provisório do regime republicano que, ao incentivar a conclusão do monumento em 1890, exige “destino útil” de escola ou instituição científica. Tendo sido declarado insalubre para funcionamento de uma escola, a pretexto de as salas, todas ao sul, serem varridas pelos ventos úmidos da Serra do Mar. O Governo determina que seja utilizado para abrigar o Museu do Estado, pela lei n. 192, de 25 de agosto de 1893.

Em um período de intensas lutas políticas, o partido Republicano Paulista, que havia sido fundado na cidade de Itu, interior de São Paulo em 1873 ¹⁴. Formado em sua maioria por agricultores, exigia mudanças políticas que lhe beneficiassem. O império estava com a imagem desgastada e o motivo desse descontentamento provinha de setores distintos civis e militares. Os militares estavam ressentidos com o tratamento a eles concedido desde a guerra do Paraguai, e embora não tivessem posição unânime quanto à questão, apoiavam os republicanos. Os latifundiários mais conservadores também haviam virado as costas ao regime monárquico devido à abolição da escravidão e a Igreja, que era o outro ponto de apoio do Império, também estava dividida entre monarquia e república. Entre estes possíveis motivos para a implantação definitiva do regime republicano o mais agravante, para Francisco José Oliveira Viana e apontado em sua obra, *O acaso do Império*, seria a abolição da escravidão ocorrido em 13 de maio 1888.

“O Fracasso da eleição direta accentou a descrença nas instituições monarchicas; mas a abolição do regime servil accentuou o sentimento da irritação contra ellas. Mais do que as correntes literárias e philosophicas, que circulavam talvez o factor mais ifficiente na generalização da republicana” (1925:69).

Em 15 de novembro de 1889, o país muda de regime político¹⁵: torna-se uma República, tendo à frente do governo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca (1827-1892) ¹⁶.

Olavo Bilac compõe a letra do Hino à Bandeira Nacional¹⁷ e os republicanos trocam os brasões da dinastia de Bragança, contidos na

¹⁴ Partido Republicano formado por 133 membros dos quais 79 eram proprietários de terra.

¹⁵ Através de um golpe militar do qual fez parte o Marechal Deodoro da Fonseca, a República foi proclamada e D.Pedro II foi deposto (mas de forma pacífica e sem nenhuma espécie de participação popular).

¹⁶ Primeiro presidente da República brasileira, por seu prestígio junto à tropa, coube-lhe papel decisivo no movimento de 15 de novembro e assumiu a chefia do governo provisório. Procedeu à separação da igreja e do estado, instituiu o casamento civil e convocou o Congresso Constituinte que o elegeu presidente da república no primeiro mês do ano (1891).

Bandeira Nacional, pelo lema dos positivistas. Estes, de primeiro plano, queriam "*o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim*". A frase, porém, foi resumida e acabou ficando simplesmente "*Ordem e progresso*". Era o progresso tão almejado chegando.

“...Sobre a imensa Nação Brasileira,
Nos momentos de festa ou de dor,
Paira sempre sagrada bandeira
Pavilhão da justiça e do amor...”

(Hino à Bandeira Brasileira)

Em 1890, aniversário da República, o Palácio Bezzi é dado por acabado, mas ainda esperaria até 1895 para abrigar a coleção do Major Joaquim Sertório. Este, em uma atitude inovadora, reunia a sua coleção e a abria ao público para visita em sua casa na região central de São Paulo. Esta propriedade foi posteriormente adquirida pelo Conselheiro Francisco de Paula Mayrink que doou a coleção ao Governo de São Paulo em 1890, assim iniciando as atividades como um museu de História Natural.

Os serviços públicos como os do Corpo de Bombeiros¹⁷ inaugurado em 1880, e o Hospital de Isolamento, ou Desinfetório Central, hoje Hospital Emilio Ribas, também inaugurado no mesmo ano, eram instituições que ofereciam um atendimento muito restrito, mas de grande valor para a população.

A criação das estradas de ferro trouxe um grande crescimento urbano, possibilitando expandir rapidamente as fronteiras do limite da cidade e, diminuindo a distância entre interior e a capital do estado. Tudo estava se transformando: a cidade perdia seu aspecto rural e dava sinais de que seria a metrópole que é hoje.

¹⁷ Letra Olavo Bilac (1865-1918), música de Francisco Braga (1868-1945) apresentada pela primeira vez em 9/11/1906.

¹⁸ A 10 de março de 1880, começaram oficialmente os trabalhos de extinção de incêndio na Capital do Estado de São Paulo, com a criação da Seção de Bombeiros composta de 20 homens. Na época, os avisos de incêndios eram transmitidos por meio de rebates nos sinos das igrejas ou por comunicações verbais de particulares, que corriam até a porta do quartel de bombeiros para tal fim. Em abril de 1896 são inauguradas 50 caixas de aviso de incêndio chamadas "Linhas Telegráficas de Sinaes de Incêndio" parte desses objetos encontra-se exposta no Museu Paulista da USP.

A vitoriana Estação da Luz, surgida em 1895, mesmo ano de inauguração do Museu Paulista, posteriormente será a maior da América Latina, mas desde o início de suas atividades constituiu motivo de orgulho para os paulistas. Para os que viajaram em seus trens, interior adentro, ou de São Paulo a Santos, visitar uma estação como Paranapiacaba ou Estação da Luz é pura nostalgia.

A ferrovia paulista surgiu em meados do século XIX, “filha de Ingleses, mas com alma paulista”. No início, sua atividade principal era o escoamento do café paulista para o porto de Santos.

Os lombos das mulas já não condiziam com o crescimento da produção cafeeira e este transporte que, por muito tempo havia sido de grande valor, encarecia o produto e matava os lucros com o surgimento das ferrovias. Por isso, logo são substituídas por estas máquinas que causavam fascínio em todos, pobres ou ricos, crianças ou adultos.

O grande empreendedor do momento, Irineu Evangelista de Souza, o Barão e Visconde de Mauá¹⁹, com o apoio financeiro dos ingleses inaugurou em 6 de setembro de 1865, a primeira das ferrovias paulistas, a São Paulo Railway. As ferrovias paulistas multiplicaram-se e, em 1910, já eram em número de vinte. São Paulo era um organismo vivo sedento de progresso e a rede ferroviária oferecia a solução para o problema do desenvolvimento paulista.

“A composição inaugural da São Paulo Railway Company. Primeiro nome da Santos-Jundiaí estava programada para chegar na estação da luz ao meio-dia. No entanto, o horário não foi obedecido, mas como se tratasse de uma inauguração, o atraso foi tolerado pelos presentes, que ansiavam ver, pela primeira vez, um sistema de transporte até então desconhecido dos paulistas”. (Sesso,1983:55)

¹⁹ Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), visconde e Barão de Mauá, nasceu na localidade de Arroio Grande, município de Jaguarão/RS, no dia 28 de dezembro de 1813. Industrial, banqueiro, político e diplomata, é um símbolo dos capitalistas empreendedores brasileiros do século XIX.

Os grandes latifundiários da cana-de-açúcar viram no café²⁰ o seu trampolim social e agora, senhores do café, eram, por assim dizer, os homens que copiavam os costumes europeus, em especial os da França. Construía suas mansões nos arredores da cidade nos moldes franceses.

Com a ferrovia surgem novos bairros, como é o caso do bairro Campos Elíseos, nome dado como uma alusão à Avenida de Paris Dês Champs Élisées. Com a facilidade de locomoção que a rede ferroviária proporcionou, estes novos-ricos podiam instalar-se na capital, e administrar com facilidade suas fazendas que ficavam nos arredores ou no interior paulista mais distante.

São Paulo²¹, em meados do século XIX, era pequena: o que havia de construções localizava-se mais no centro da cidade e alguns serviços públicos também situavam-se na região central próxima do Pátio do Colégio. Os estabelecimentos comerciais locais eram abastecidos através dos canais navegáveis do rio Tamanduateí. Este importante canal fluvial, com o tempo, foi sendo canalizado, para diminuir os problemas das constantes inundações que a região sofria tendo esta região passado por um aterramento para possibilitar a abertura de outras vias de acesso como as dos trilhos dos bondes²². Quem tiver a curiosidade de conhecer seu traçado original, basta visitar a sala da maquete da cidade de São Paulo no Museu Paulista da USP, onde se encontra reproduzido, sendo, inclusive, possível verificar ali os portos de mercadorias como o que existia na rua atualmente conhecida como Ladeira Porto Geral.

²⁰ O Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta contrabandeou da Guiana Francesa para o Brasil sementes de café, para isso contou com a ajuda da esposa do Governador, Madame Dorveliers. Na sua despedida foi promovido um jantar oficial em sua homenagem e sua suposta "amante" deu-lhe de presente como símbolo de sua afeição um buquê de flores que continha escondidas várias férteis sementes de café. E foi através dessa passagem na história que o maior império do café com a maior produção mundial de café emergiu. As primeiras sementes e mudas introduzidas por Palheta foram plantadas em Belém do Pará, em seguida o café foi plantado no Maranhão e daí irradiou por todo império chegando ao oeste paulista em meados do século XIX onde encontrou clima e solo favorável criando riquezas e fixando povoações. Assim, o café deixou de ser bebido apenas pela elite, entrando para o gosto popular.

²¹ A Coleção Aguirre, do acervo do Museu Paulista, representa o estudo da cidade de São Paulo até meados do século XX.

²² Em 12 de outubro de 1872, os primeiros "bondes" trafegaram na cidade de São Paulo. Eram carros de cinco bancos, importados dos Estados Unidos, denominados "diligencias tiradas por animais".

É possível também ver toda esta região paulistana na maquete mencionada. O Museu Paulista possui em seu acervo uma tela de Benedito Calixto que retrata uma dessas enchentes paulistanas costumeiras, e ao fundo pode-se ver a área que hoje corresponde ao Brás. Trata-se da tela, *“Inundação da Várzea do Carmo em 1892”*.

Existia neste período uma enorme admiração pelos costumes europeus, e a presença de imigrantes europeus era notável. Em quase todas as áreas paulistas havia a presença estrangeira. Os estrangeiros, imigrantes, ocupavam desde cargos de direção, como foi o caso da direção do Museu Paulista, ocupado pelo alemão Herman Von Ihering, até os serviços mais simples como na construção civil.

Para a construção do monumento, muitos materiais foram trazidos da Europa como o mármore de Carrara da escadaria principal. O corpo de operários contratados também era, na maioria, composto por estrangeiros residentes ou não no país, com a justificativa de não haver pessoas nativas para executar os ornamentos que o projeto arquitetônico exigia. Os responsáveis pelas contratações introduziam seus amigos estrangeiros em detrimento de profissionais brasileiros.

Embora os imigrantes, principalmente os Italianos, sofressem certa discriminação por parte das autoridades policiais que associavam o aumento da criminalidade a estes estrangeiros, esta repressão não os impedia de exercer suas tarefas diárias no setor rural e no setor urbano. Tanto nas fazendas como no centro urbano era nítida a presença estrangeira. Como observou Célia de Bernardi *“Isto dava a São Paulo a feição de uma cidade cosmopolita com grande concentração de nacionalidades...”* (2000:75)

O contato com o elemento estrangeiro fez com que novas idéias e modos de vida fossem incorporados pela sociedade paulista. Estes novos modos, considerados como próprios de uma civilização moderna, se espalharam pelo país. Muitas antigas e respeitáveis famílias paulistas²³, por

²³ O Museu Paulista possui em seu acervo uma infinidade de telas, objetos, moveis, vestuários, retratos, diários de Famílias tradicionais paulistas que foram doados ou comprados ao longo de sua existência. Em várias salas encontramos elementos da elite paulista como Marquesa de Valença Ilidia Souza Queiroz, Família de Visconde de Poyares, Baronesa de Jundiá Ana Liduina Queiroz Teles, Visconde de Rio Claro José Estanislau de Oliveira, Domitília de Castro Canto e Melo Marquesa de Santos, Martinho Prado etc.

efeito do rústico isolamento em que viviam apresentavam agora aspectos comuns aos de outros países. Com esta invasão cultural, muitos paulistas modificaram maneiras de ser, chegando, inclusive, devido à influência estrangeira, a usar roupas da moda européia, que não condiziam com o clima tropical do Brasil. Algumas peças desse vestuário fazem parte do acervo do museu e hoje estão representadas em salas temáticas, causando curiosidade entre os visitantes que buscam entender a dinâmica social do período.

A abolição da escravidão havia acontecido em 1888. Era recente, mas a presença do negro em qualquer área de trabalho tornava-se insignificante diante da massa de imigrantes que chegavam todos os dias no porto de Santos.

Estes, na maioria, eram encaminhados a Hospedaria dos imigrantes, situada no bairro do Brás. Os imigrantes buscavam o mercado de trabalho brasileiro para serem empregados nas fazendas de café do oeste paulista, e em outros setores, como na indústria têxtil.

As despesas das viagens eram, na maioria das vezes, patrocinadas pelo Governo de Estado, mas também chegavam imigrantes que vinham por sua própria conta, valendo-se de parentes já instalados na cidade.

Houve também senhores de engenho que incentivaram a imigração, como foi o caso do Senador Vergueiro ²⁴(1778-1859). Em 1840, trouxe por conta própria imigrantes para a sua propriedade, o Engenho do Ibicaba e os empregou dividindo as obrigações na fazenda com o trabalho de escravos. Esta tentativa, porém, fracassou, devido às rivalidades entre os grupos.

“Dos anos de 1886-89, haviam penetrado no Brasil 168,127 imigrantes, dos quais 137.367 de origem italiana. A seguir, nos anos de 1890-94, a entrada de imigrantes foi de 319.370, dos quais 210.910 italianos, 42.316 espanhóis e 30.752

²⁴ Senador pela Província de Minas Gerais foi ainda escolhido para participar da Regência Trina Provisória, foi nomeado Ministro da Fazenda, no 3º Gabinete da Menoridade, Vice-presidente da Província, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, Ministro da Justiça e Ministro do Império. Foi posteriormente do Conselho de S.M. o Imperador. Em 17 de setembro de 1859, morre na cidade do Rio de Janeiro, aos 81 anos de idade

portugueses. Do total de imigrantes, 62% ficaram no Estado de São Paulo”.(Sesso,1983:73)

Estas levas de imigrantes, trazidos nos primeiros momentos, deveriam suprir a falta de mão de obra dos escravizados, que diante das proibições do tráfico negreiro ficou escassa. Entretanto, no período pós-abolição, ganhou outro caráter: A imigração encaixava-se na ideologia da Eugenia (inferioridade e superioridade), o darwinismo social.²⁵

A relação do Brasil com os países europeus era intensa, mas a França, principalmente, era a grande fornecedora das etiquetas, dos modelos arquitetônicos, das artes, etc. A França, ao longo do século XIX, constituiu a referência cultural mais importante para a nação brasileira que se organizava como novo Estado sul-americano.

Em 1907, o governador de São Paulo Jorge Tibiriçá recebeu do Governo da França uma peça intitulada “*Manufatura Nacional de Sévres*”, cuja autoria é atribuída a Blondeau. Esta peça foi oferecida em agradecimento pela notável acolhida que o diplomata francês Barão de D’Anthouard de Wasservas recebeu em sua visita a São Paulo. O próprio governador doou ao Museu Paulista a peça mencionada que foi exposta em julho de 2005 na exposição “Museu Oculto”, implantada pela diretora da instituição, Eni de Sâmara Mesquita²⁶. Apenas como uma nota interessante: esta é a segunda mulher a ocupar a direção do Museu.

Este episódio é um dos muitos exemplos das relações amistosas que ocorriam entre Brasil e França principalmente referindo-se à área cultural.

²⁵ Darwinismo social é a forma como é conhecida, atualmente, a tentativa de se aplicar o darwinismo para sociedades humanas. A teoria de Charles Darwin foi uma construção de pensamento que explica a diversidade de espécies de seres vivos através da evolução e da seleção natural. No entanto, algumas pessoas acreditavam (especialmente no século XIX) que a sociedade humana também ocorreria nesses moldes. De acordo com esse pensamento, existiriam características biológicas e sociais que determinariam que uma pessoa é superior à outra e, que, as pessoas que se enquadrassem nesses critérios seriam as mais aptas. Geralmente, alguns padrões determinados como indícios de superioridade em um ser humano seriam, o maior poder aquisitivo, habilidade nas ciências humanas e exatas em detrimento das outras ciências como a arte por exemplo, e a raça da qual ela faz parte.

²⁶ Esta exposição tem como objetivo trazer a cada mês uma peça desconhecida do público já que o museu não tem como expor todo seu acervo. Esta medida possibilita conhecer peças soltas – isto é, que não são parte de uma determinada coleção – sem necessariamente estar inseridas em uma temática.

3.1 MUSEU ONTEM E HOJE.

Os museus no final do século XIX deviam estar preparados para integrar em seu público um grupo diversificado, abrangendo desde os níveis elementares até os superiores, dando informações que pudessem ser entendidas tanto por um simples trabalhador como pelo intelectual, contribuindo para a instrução do público em geral.

Contudo, não era isto que acontecia devido a diversos fatores; entre eles, o horário de abertura da instituição, a dificuldade de acesso devido ao pouco número de bondes e a carência educacional do país. Portanto, esse tipo de instituição servia ao interesse de uma minoria. Nos dias atuais, esse público não está tão diferente. Apesar da ampla divulgação e do acesso à informação televisiva abranger boa parte da população, o público que frequenta o museu, geralmente, é constituído por estudantes e pessoas de classe média. A parcela de cidadãos, economicamente mais carente, da sociedade brasileira, em geral, e paulista, em particular, continua de fora do alcance do museu, por diversos motivos: financeiros, falta de conhecimento, distância, tempo disponível para lazer, etc.

Hermann Von Ihering, na tentativa de superar este problema manteve relações com as escolas cedendo exemplares de espécimes a essas instituições, buscando, com isso, expandir o conhecimento da História Natural fora do museu.

Os museus²⁷ em geral, nascem por iniciativas de pessoas que por algum motivo se fascinam por objetos dos quais a maioria quer se livrar, ou por não ter conhecimento do valor cultural contido, ou por questão de disponibilidade de espaço físico. Enfim, os motivos são diversos. A pessoa que tem esse gosto vai construindo coleções²⁸ até que chega um momento

²⁷ Objetivo primeiro: recolher, preservar e explorar culturalmente acervos de coisas materiais.

²⁸ As coleções podem ser compostas de várias maneiras: não precisam ser objetos de uma mesma categoria, podendo ser objetos pessoais, de documentos, de mobiliário, armas ou vestuário. Coleções podem ser constituídas por um único objeto ou, por inúmeros.

em que guardar os objetos não faz mais sentido, e então, expor os mesmos, se torna o grande prazer desse colecionador.

Na maioria das vezes o colecionador não atinge este último objetivo. Seus familiares são os que, ao apropriar-se dessas riquezas materiais do seu ente querido, vão dar o destino para estes objetos, seja por venda ou através de doações. É assim que os museus vão adquirindo a maioria de seu acervo.

Existem muitas outras formas desses materiais irem parar em instituições museológicas. Uma maneira muito comum é através de testamentos: pessoas que têm afinidades por uma instituição deixam registrados em seus testamentos os destinos de seus objetos pessoais, e a família ou amigo próximo encarregam-se de fazer valer esta última vontade. Há também a doação com objetivos de promoção pessoal ou valorização de um nome: pessoas que têm parentesco com alguém importante, quando do falecimento do prestigiado parente, doam seus objetos na intenção de promover seu nome. Isto ocorre principalmente com pinturas, pois quando estas são aceitas em uma instituição de renome, os outros objetos da pessoa adquirem maior valor de mercado. O propósito do doador, portanto, é a obtenção de um preço elevado para seus diversos bens.

Porém, há critérios para a aceitação de doação ou compra do bem: é preciso que o objeto ou qualquer outra coisa, que se queira doar ou vender para uma instituição museológica, esteja inserido em sua linha de pesquisa, sendo de interesse institucional. Por exemplo, quando o Museu Paulista iniciou suas atividades era um Museu de História Natural e recebeu as seguintes doações no ano de 1895, as quais deixaram muito satisfeito seu diretor Herman Von Ihering.

Do Sr. José Antonio Correa Amparo, 1 Cascudo grande, (espécie rara acanthicus hystrix Spix).

Do Sr. Dr. H. Von Lhering, 1 Didelphys do Rio Grande do Sul (D. dinidiata Wagn).

Do Sr. Frederico Schmidt, de S. Vicente. 1 vidro contendo Batrachios.

Do Diretor do Museu em Hamburgo, Dr. Kraepelin, 1 coleção de 14 lacraus.

Do Sr. Dr. Monteiro, em Taubaté, 1 lata com peixes do Rio Parahyba (de Taubaté)

Do Sr. Dr. Luiz de Souza, vários crânios de mamíferos.

(Relatório apresentado ao Secretario do Interior em 1896:54)

Estas doações só foram passíveis de aceitação porque estavam dentro da linha de pesquisa adotada, então, pelo museu. Embora os museus daquele período não tivessem o rigor científico que se tem hoje, sempre houve critérios para as suas aquisições. Caso contrário, estes lugares, ao invés de preservadores de bens culturais, virariam depósitos de velharias. Esta é a ultima impressão que uma instituição museológica quer causar em seu visitante: a de estar em lugar de “coisas velhas”.

Para fazer parte da história patrimonial, nem todos os objetos são selecionados: apenas alguns exemplares serão escolhidos, para serem guardados em museus. Tudo vai depender da linha de pesquisa seguida pelo museu. Outra forma de preservação de um bem é preservá-lo onde se encontra, como é o caso de algumas construções que têm sua preservação assegurada por lei. Estes objetos serão estudados e expostos e terão o sentido de representar a sociedade.

O Museu Paulista é uma instituição que recebe e recusa muitos materiais. A recusa ocorre pelos motivos expostos anteriormente, e o acolhimento de um material deve-se ao seu interesse para a linha de pesquisa do museu. No caso do Museu Paulista, esta é composta por três temas ou momentos: Cotidiano e Sociedade, Universo do Trabalho e História do Imaginário. Abre-se, assim, um extenso leque, mas a aceitação dos materiais esbarra em outro problema: a falta de espaços que a instituição encontra para armazenar tais objetos.

A principal preocupação das instituições que lidam com a transmissão do conhecimento atualmente é o rigor científico. No Museu Paulista, na composição de suas exposições, há uma constante preocupação com tal rigor, na intenção de possibilitar ao visitante uma leitura completa do tema exposto, desvinculando-o dos vícios de uma história contada como verdade absoluta. Os profissionais se desdobram para atingir esse objetivo.

Antes de ser exposta, uma exposição envolve profissionais de diversas áreas de formação. A exposição do acervo com função educacional nada mais é do que o resultado dessas pesquisas, de teor diferenciado.

Essa não é uma característica única do Museu Paulista, ocorrendo em diversos outros museus do mundo; faz parte de uma metodologia que tem como objetivo final fomentar, no público que frequenta o Museu, a leitura crítica da trajetória da sociedade na qual está inserido o tema.

Hoje o visitante está mais exigente: ele questiona, quer conhecer mais, quer ver além do que está à sua vista. Talvez esteja aí a explicação pela preferência de se visitar um museu com monitoria²⁹.

É natural para o atual visitante do museu fazer relações entre aqueles objetos que estão ali expostos e a sua própria época. Também é praxe que os visitantes se remetam a outros tempos, que são carregados de saudosismo, saindo dali deslumbrados. Normalmente, tem-se a tendência de valorizar o passado dando indicações de que, este ou aquele, períodos foram melhores que os dias atuais. Visão equivocada, pois cada época tem sua alegria própria.

Visitando o Museu Paulista podemos entrar em contato com diversos objetos relacionados com o ambiente social no qual vivemos, resultado da linha de pesquisa Cotidiano e Sociedade do período entre 1850-1950. Pode-se observar a forma física dos objetos, como armários, louças, cadeiras, camas, brinquedos, cofres, mesas, fogões, banheiras, pentes, escrivaninhas e muitos outros, percebendo como foram evoluindo lentamente. Entre os objetos pessoais como os vestuários, é interessante verificar como as roupas infantis eram verdadeiras cópias das dos adultos, não havendo esta separação na indumentária para crianças, adolescentes e adultos. A criança, aos sete anos, já era considerada um adulto.

Logo no andar térreo do Museu Paulista, há uma Galeria, onde se encontram vários veículos antigos que eram usados entre os séculos XVII e XIX, pertencentes aos serviços públicos, como o Hospital Emílio Ribas,

²⁹ O museu paulista não oferece este serviço de monitoria. Contudo, existe uma equipe de educadores, coordenada por Denise Peixoto que ministra cursos para professores ou pessoas que queiram trazer grupos ao museu. Os cursos são gratuitos e devem ser feitas inscrições.

antigo Desinfetório Central, e a Corporação dos Bombeiros da cidade de São Paulo. Hoje, podem ser vistos, compondo este cenário dos serviços públicos ou fazendo parte de outra temática, de acordo como estão divididas e organizadas as salas de toda a instituição.

O seu caráter original, contudo, não mudou e pode ser observado independentemente do tema proposto, pois, em alguns casos, objetos contemporâneos conservam as características de quando foram criados. Um exemplo disso são os automóveis: antigamente os veículos eram movidos por animais, inclusive cavalos. Então, hoje, quando se fala na potência de um motor, usa-se a expressão “cavalos-força” (em inglês, “horse-power” ou sua abreviatura, HP). Os automóveis evoluíram, mas conservam as características dos antigos, como o sistema de freios que tem o mesmo princípio³⁰. Outra coisa fácil de ser observada é a qualidade dos objetos. Os antigos são mais resistentes, possivelmente pela abundância de matéria-prima. A técnica utilizada na produção também é um grande diferencial. Até recentemente, ainda não se encontravam no Brasil indústrias que produzissem certos produtos em larga escala. A produção era artesanal e, na maioria das vezes os produtos eram trazidos de fora do país, o que os deixa bastante diferenciados dos atuais. Para se executar alguns tipos de trabalhos que necessitassem de mão de obra especializada recorria-se ao estrangeiro. Parte desta dificuldade foi sanada com a criação do Liceu de Artes e Ofício que ocupava o prédio onde hoje está instalada a Pinacoteca do Estado.

Uma visita pode trazer também resposta para algumas dúvidas. Quando se conhece um produto novo, imagina-se logo que o inventor é aquele que lançou o produto, mas ao visitar um museu, a resposta pode ser outra. Na verdade, este produto pode ser uma cópia de um já existente em alguma época e que apenas sofreu aprimoramentos.

Existem alguns objetos ou telas que despertam interesse pelo simples fato de que o que representam no presente tornou-se bizarro aos nossos olhos. Um exemplo pode ser o de alguns móveis feitos de pele de animais (cadeiras, mesas, etc.) que não se usam mais, sendo, inclusive, o uso de

³⁰ De todos os veículos à tração animal, utilizados pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo, restam apenas dois pertencentes ao Museu Paulista da USP e, um outro, conservado pela própria corporação.

peles, proibido pelas políticas ambientais de proteção aos animais. O julgamento sobre artefatos ou objetos tende a ser anacrônico, esquecendo-se de que pertenceram à outra época. Um exemplo encontra-se na escadaria do museu compondo o cenário da colonização portuguesa e a formação da sociedade paulista. Existe uma tela intitulada “Caça ao Índio” que provoca uma visão equivocada. O visitante menos informado do verdadeiro valor simbólico da obra, pede a sua retirada, alegando não fazer mais sentido um quadro com este tema, e esquecendo-se de que é uma representação. O fato de se manter tal tela não significa que a direção da instituição esteja de acordo ou não com o que está representado. O fato é que trata-se de um documento histórico e sua preservação se torna, destarte, obrigatória.

Os objetos falam bastante de sua época. É possível se extrair muitas informações apenas através de observação, sem necessidade de utilização de métodos sofisticados. Se analisarmos com atenção, as cadeiras do século XVIII eram bem retas, possivelmente devido ao jeito formal com que as pessoas se relacionavam; como as cadeiras eram escassas e raras, suas proprietárias pertenciam, com certeza, às camadas sociais mais abastadas. A introdução do uso de cadeiras ou bancos na sociedade significou um grande avanço. Antigamente, nem mesmo as igrejas tinham bancos para todos os fiéis e as famílias levavam consigo um tapete para colocar no chão e sentar-se. Este costume foi registrado por Jean Baptiste Debret no período em que esteve no Brasil. A cadeira também despertou interesse do grande Vicent Van Gogh ³¹(1853-1890). Importante artista impressionista, em 1888, pintou a famosa tela, “A Cadeira de Gauguin”.

³¹O Masp (Museu de Arte de São Paulo), possui quatro obras excepcionais do artista.



Van Gogh: Museu Amsterdam. Fonte: www.v.ggallery.com

A verdade é que, uma vez guardados nos museus, estes objetos passam a ser patrimônio cultural. Ao se integrarem como documentos a um museu histórico, têm seus usos e funções completamente modificados, passando a ser revestidos de valores afetivos e simbólicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O edifício-monumento que abriga o Museu Paulista da USP despontou em 1890 para legitimar a proclamação da Independência ocorrida em 07 de setembro de 1822 em solo paulista. Porém, as lutas políticas travadas para tal reconhecimento alcançaram outras dimensões. Foi na ascensão econômica dos moradores desta província que o monumento encontrou seus alicerces de fundação.

Entretanto, esta data é bastante questionada, uma vez que, estudos, desvencilhados desta leitura única, ganharam repercussão em meados do século XIX e apontaram para outros acontecimentos sem os quais o *07 de setembro* não teria ocorrido. E mais. Não é a partir desta data que o país se torna soberano, pois continuaram as amarras que seguravam seu crescimento.

Mesmo depois de proclamada a Independência, continuava o trabalho escravo, o sistema de monarquia, sendo o imperador herdeiro da Coroa Portuguesa, metrópole colonizadora.

As conquistas que superaram esses dados históricos foram ocorrendo e se completaram muitos anos depois: foram 67 anos de espera.

É na Administração de Taunay (1917-1945) que estes elementos ganham força, principalmente na história paulista, responsável por uma verdadeira revolução tanto no interior do museu como em seu entorno. Sua leitura de independência é o resultado de um processo que se inicia nos primeiros anos de colonização e só termina com a Proclamação da República em 1889.

Este engenheiro de formação, mas historiador de paixão é o idealizador da decoração histórica “Exposição de Taunay de 1922” que permanece em exposição até os dias atuais e do início da transformação da instituição em museu essencialmente histórico.

O Museu Paulista, desde sua inauguração em 1895, desempenhou, sobretudo o papel de evocação e de celebração da memória nacional.

Mesmo quando em sua direção estava o zoólogo Hermann Von Ilhering, que priorizava a história natural, no mês de setembro o número de visitantes era acentuado como ocorre até hoje, comprovando através do tempo a força simbólica que esta região exerce sobre o imaginário popular.

V-FONTES E BIBLIOGRAFIA.

A-FONTES:

FARIAS, Juliana Barreto. *Viagens à memória Brasileira: O museu do grito, Nossa História*. Rio de Janeiro. Editora Vera Cruz: editor. Luciano Figueiredo, nº 15: 84-87, janeiro, 2005.

FUSER, Igor. *Os donos do Mundo. Aventuras na História*: São Paulo: Editora Abril. Redator-chefe, Celso Miranda. Edição 35: 26-35. julho 2006.

KRAAY, Hendrik. *Mitos brasileiros: Nossa História*: Rio de Janeiro: Editora Vera Cruz: editor Luciano Figueiredo, nº 11:14-23, setembro 2004.

O Estado de S. Paulo, 27.03.05 - “Campeão de público na cidade, Museu Paulista, no Ipiranga, quer atrair cada vez mais e se firmar como espaço cultural”. Carla Miranda. Cidades/Metrópole C 3.

A Província de S. Paulo, 27.01.1885, 03.02.1885, 12.02.1885.

ANAIIS DO MUSEU PAULISTA. História e Cultura Material, São Paulo: Volume 6/7 1998-1999. São Paulo, 2003.

Revista do Museu Paulista “*O Museu Paulista nos anos de 1903 a 1905*”. São Paulo: Typ Cardoso, 1907, vol. VI.

PINTO, Alfredo Moreira. *“A cidade de São Paulo em 1900”. Impressões de viagem.* Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1900.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *Guia da secção histórica do Museu Paulista:* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

IHERING, Hermann Von. *Relatório apresentado ao Digno Secretário do Interior: Dr. Cesário Motta Junior:* São Paulo: Tipografia do Diário Oficial:1895

_____. *Relatório apresentado ao Digno Secretário do Interior: Afredo Pujol:* São Paulo: Tipografia do Diário Oficial:1896

SITES:

www.brasilecola.com.br

www.itu.com.br

www.mp.usp.br

www.universia.com.br

www.serqueira.com.br

www.wikipedia.com

CD-ROM: *Dimensões da Independência o Museu Paulista da USP e a construção da Memória Nacional.* (Coordenação Prof.^a Dr.^a Cecília Helena de Salles Oliveira e Denise Peixoto).São Paulo:2005.

B-BIBLIOGRAFIA:

- ABARCA, Pedro. *Eu sou feliz e...sei!:*São Paulo: 2ª edição, Gráfica Francis, 2004.
- ACHILLES, Aristheu. *Raízes do pensamento político brasileiro na Independência:* Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1973.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *D. João VI: Os Bastidores da Independência:* São Paulo: Ática, 1987 (Série Princípios)
- ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga Apropriado Ciência, política e poder. O Museu Paulista, 1893-1922:* São Paulo: Humanitas-FFLCH/USP, 2001.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista:* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BERNARDI, Célia de. *O lendário Meneghetti Imprensa, memória e poder:* São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.
- BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional 1917-1945:* São Paulo: editora UNESP, 2005.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: Jornalista, político e educador.* São Paulo: 1996. Tese de Doutorado (faculdade de educação/ usp).
- MARCILIO, Maria Luiza. *“Considerações sobre os 300 primeiros anos da educação básica da cidade de São Paulo”.* IN: *História da Escola em São Paulo e no Brasil.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005, pp 325-333.
- NOVAIS, Fernando A. & MOTA, Carlos Guilherme. *“A independência Política do Brasil”.* São Paulo: 2ª edição, Editora Hucitec, 1996.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *7 De setembro de 1822 A Independência do Brasil:* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. (Série Lazuli Rupturas)
-
- _____. *“Um Monumento para a Independência: história de um projeto”.* IN: Heloisa Barbuy (org). *Museu Paulista um monumento no Ipiranga história de um edifício centenário e de sua recuperação.* São Paulo: Gráfica Bandeirantes: 1997:215-223.
-
- _____. *O “Espetáculo do Ypiranga”: mediações entre história e memória:* São Paulo: 1999. Tese (Concurso de Livre –

Docência junto à Divisão Técnico-Científica Acervo Museu Paulista da USP)

PRADO Jr, Caio. *Evolução Política do Brasil Colônia e Império*: São Paulo: 21ª edição, Editora brasiliense, 1994.

RIBEIRO Jr, José. *Independência do Brasil*: São Paulo: 4ª edição, Editora Global 1988. (Coleção História Popular).

SANTOS, Eliezer S. "Museu Paulista Hoje". IN: Professora Vera Reis (org). *Museu Paulista Arquitetura e História*: Faculdade de Belas Artes de São Paulo: 1983:15-17. (Avaliação educacional).

SCANTIMBURGO, João de. *Os paulistas: evolução social, política econômica do povo paulista*: São Paulo: Governo do Estado, vol.I, 1983. (Coleção Paulística).

SESSO Jr, Geraldo. *Retalhos da Velha São Paulo*: São Paulo: Gráfica Municipal de São Paulo, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As Razões da Independência*: São Paulo: 4ª edição, Difel, 1986

SOUZA, Bernardino José de. *Heroínas Bahianas*: Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1936.

SOUZA, Iara Lis de Carvalho. *A Independência do Brasil*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000. (Descobrimos o Brasil).

TARASANTCHI, Ruth Sprung. *Pintores Paisagistas: São Paulo 1890 a 1920*: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

TOLEDO, João. *São Paulo variações sobre motivos da história paulista*: São Paulo: Imprensa Metodista, 1936.

VIANA, Francisco José Oliveira. *O ocaso do Império*: Rio de Janeiro: editora Proprietária companhia melhoramentos de São Paulo, 1925.

VIOTTI, Emilia Costa. *A abolição*: São Paulo: 4ª edição, editora Global, 1988. (Coleção História Popular).